

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

O TRABALHO ESTRANGEIRO NO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE

Raphael Copstein

Boletim Gaúcho de Geografia, 4: 1-46, maio, 1975.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37629/24283>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - maio, 1975.

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

O TRABALHO ESTRANGEIRO NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE

Raphael Copstein
Professor Adjunto
Instituto de Geociências-UFRGS.

INTRODUÇÃO - Comemorou-se e lembra-se nos de 1974 e 1975 o centenário e sesquicentenário de imigração e colonização italiana e a lemã, respectivamente. Os festejos alusivos ganham destaque e práticamente se fazem em áreas em que, no século passado, inexistiam ou raros eram os elementos ibéricos. Alemães e italianos moldaram na terra virgem enormes paisagens humanizadas. Não foram os úni-cos. Correntes variadas, numericamente inferiores, também se fize-ram presentes e afeiçoaram a terra bruta para arrancar o seu sus-tento.

As memorações partiram de um marco inicial erguido com as chegadas de teutos e peninsulares e estravasaram para abranger a to-dos os que aqui aportaram desde que não fossem paulistas, mineiros e catarinas cuja ação efetivamente selou o destino do Continente de São Pedro.

Levando em conta que, além das áreas gaúchas conhecidas como coloniais, houve acolhida de imigrante em comunidades já povoadas, procurou-se verificar o seu comportamento nestas últimas. Rio Grande, cenário deste estudo, apresenta o fenômeno tanto na área rural como na urbana. Como a fixação de imigrantes é anterior ao Brasil independente, teve-se a curiosidade de indagar, quanto a esses, a sua procedência e registrar a sua absorção na comunidade que esta-va se estruturando.

O PRESSUPOSTO TEÓRICO - A relação homem e meio tem como um dos mais importantes elementos a dinâmica populacional. O grupo humano, atendendo suas necessidades, vai organizando o espaço geográfico e à medida em que este se estrutura a população vai se distri-buindo. Esta distribuição engendra vida de relação de complexidade variada que define a situação geográfica.

A paisagem resultante do inter-relacionamento do homem e o espaço não é fruto de conjugações repentinas, ela reflete, entre seus elementos, a variável tempo. Se o tempo é importante variável da História, a busca de causas explicadoras dos fenômenos geográficos implica, comumente, em remontar a um passado. A retrospectiva, como muito bem acentua P.H. Randle (1), é o "que de uma maneira amplia se há llamado sentido genético, es de la esencia misma de la geo-grafia".

(1) RANDLE, P.H. - Geografia Histórica y Planeamiento. 1966, p.22.

A importância do tempo em geografia tem sido preocupação de muitos geógrafos de gabarito. Beaujeu-Garnier (2), entre outros, chama a atenção que sob o prisma das constatações metodológicas em píficas, a busca de explicação, muitas vezes, se encontra em dois planos, o espacial e o temporal. Convém, entretanto, notar que o tempo em Geografia, quando necessário, é um elemento explicador do presente. Compreende-se, certamente, que qualquer acontecimento pretérito não é imprescindível à Geografia.

Posta essa colocação do tempo, será, agora, preciso justificar este trabalho como o estudo de um fenômeno geográfico do passa do já que, na maior parte das vezes, a Geografia se ocupa da configuração espacial do presente. Aceitando o dinamismo do espaço humanizado, fruto dos fatores interagentes homem-meio, implicitamente concorda-se com a sua diferença temporal. Disso decorre a possibilidade de apreciação geográfica do espaço em uma determinada fração do tempo anterior ao presente.

Este tipo de estudo não é novo. Segundo Charles Higounet, em *La Géohistoire* (3), "La Géographie Historique est une vieille dame". Segundo o mesmo autor, desde 1913, Permanini imaginou uma "Geografia da História" abordando, no plano histórico, qualquer assunto de Geografia Humana. A denominação que escolheu não vingou, mas o conteúdo consagrou-se como uma Geografia Humana retrospectiva, conforme Roger Dion.

A chamada Geografia Histórica sendo Geografia não pode situar-se fora dos princípios que regem esta ciência da terra. Adepto da unicidade da Geografia o autor posiciona-se considerando o binômio homem-terra.

A documentação, portanto, atinge aqui grande importância, mas a observação direta da paisagem é imprescindível. Somente se impõe o cuidado de extrair dentro do complexo geográfico o inter-relacionamento necessário ao período em vista. Comumente os elementos precisos são muito mais abundantes na paisagem do que parecem à primeira vista. Velhas casas, monumentos patinados pelos anos, diferenças de estilo arquitetônico, bairros característicos e o próprio crescimento citadino de um lado, habitações rurais, taperas, cercas variadas, testemunhos vegetais, de outro, são os documentos que a máquina do tempo imprimiu no espaço organizado.

Observar o trabalho de imigrantes estrangeiros em uma porção do território da antiga América Portuguesa e ver sua importância em áreas urbana e rural é uma das metas propostas. A preferência pelo Rio Grande do Sul como campo de trabalho brotou do entusiasmo surgido no Estado com as comemorações de iniciativa oficial. Dentro da terra gaúcha, porém, existiram dois "Rio Grandes", um, onde o português foi a língua dominante, outro, e aqui não importa saber o porquê, onde seu uso era secundário. Como o primeiro começou a receber imigrantes muito antes do último, foi nele que se localizou o enfoque. Ainda assim, havia uma opção a fazer em virtude da

(2) GARNIER, J. Beaujeu - *La Géographie: méthodes et perspectives*. 1971, p. 39.

(3) HIGOUNET, Charles - *La Géohistoire. Histoire et ses méthodes*. 1961, p. 74.

impossibilidade de estudar a área toda. Apenas para exemplificar, Pelotas, Porto Alegre e Rio Grande, cidades "portuguesas" mais importantes e populosas durante a maior parte da existência rio-grandense, poderiam responder os objetivos em vista. A escolha, que recai em Rio Grande, encontra sua origem no cerne da própria Geografia. Ela se inicia quando cada ser humano começa a descobrir e a tentar explicar a terra em que nasceu.

Expressos os pressupostos teóricos, formula-se hipóteses relativas aos resultados do processo de imigração para as áreas rural e urbana do Município.

O insucesso da colonização rural pode ser atribuído ao desprezo técnico do poder decisório local e sua desvinculação com a lavoura.

O êxito dos empreendimentos das "colônias urbanas" é resultante da situação geográfica da cidade do Rio Grande.

FONTES E MÉTODO - A natureza do trabalho justificou a utilização por excelência de documentos. A estes se aliou a observação dos testemunhos guardados pela paisagem.

Observar e explicar a humanização da paisagem não apresentou dificuldades, mas não foi tão simples a busca de documentos.

O estudo feito para a área rural não conseguiu localizar toda a documentação que se pretendia, mas ela foi mais abundante do que a referente à cidade; constou de relatórios municipais, atas da Câmara completadas por informações obtidas na imprensa da época como se verá.

A apreciação do trabalho dos imigrantes na área urbana, dentro da dimensão que por justiça lhe é devida, encontrou obstáculo na destruição da documentação particular que acompanhou o desaparecimento de grande parte dos empreendimentos de origem alienígena. A inexistência de órgão apropriado à coleta de "papel velho" dessa procedência priva o estudioso de material e a coletividade de sua própria memória. Assim, à falta de fontes ideais, usou-se as possíveis como segundas vias das guias de importação (vide nota 78), testemunhos de pessoas de idade e, para certa época, os do autor e as marcas diretamente observadas na paisagem urbana.

Dentro do possível, procurou-se esboçar a atividade criadora dos provenientes de além-mar sobre as areias do sul da barra. Da variada gama de imigrantes que ali encontrou acolhida não se pretendeu nem hierarquizar a importância nem bimbalar gratuitos elogios. Abordar a obra de todos os grupos aumentaria as dificuldades, assim adotou-se como critério estudar os que criaram associações. O Rio Grande conheceu e conhece ainda sociedades alemã, italiana, inglesa, polonesa, portuguesa, espanhola e israelita.

Destaque mereceriam também os franceses pelas obras do porto e barra ou pela influência cultural, os americanos, pelo empreendimento industrial e os sírio-libaneses, pela importância comercial; mas, nenhum deles, quanto se pode indagar, criou associações.

A identificação de estrangeiros, muitas vezes, foi feita levando em consideração o sobrenome. As firmas fundadas por estran-

geiros foram consideradas no grupo a que pertencia o seu fundador mesmo quando passaram às mãos de herdeiros nascidos no Brasil.

Em cada contingente o ideal seria poder estudar desde as atividades mais importantes às mais humildes. A fábrica afamada no exterior, o pequeno restaurante "Luso-Brasileiro", o armazém "Flor da Itália" e inúmeros outros estabelecimentos representaram, em escala diversa, contribuições preciosas ao desenvolvimento urbano.

A impossibilidade de levar a pesquisa a esse nível de detalhe ocasionou uma discriminação indesejada.

COLONIZAÇÃO E COLÔNIA - A reunião de acontecimentos migratórios e colonizadores impõe a diferenciação dos significados dos termos. Se de um lado isto pode parecer desnecessário com o primeiro deles, "colonização", "colônia" apresenta sentido que Roche (4) não ta ser ambíguo. Faissol preocupou-se com o assunto escrevendo "O que é Colonização?" (5). Cita o Decreto-Lei nº 7967 onde é definido, no Art. 46, "Colonizar": "É promover a fixação do elemento humano ao solo, o aproveitamento econômico da região e a elevação do nível de saúde, instrução e preparo técnico dos habitantes das zonas rurais". A preocupação legal de determinar o que é colono encontra-se na legislação do passado. As instruções baixadas pelo Presidente da Província, em 1857, visando regular o Art. 38 da Lei 367, de 4 de março desse ano, no § 1º do Art. 1º, salienta que os indivíduos introduzidos nesta província no verdadeiro caráter de colonos... e, no Art. 2º, "Não se reputarão colonos para conceder-lhes o referido auxílio:

§ 1º - as pessoas que vierem estabelecer-se nesta Província às suas expensas ou fundar estabelecimentos de qualquer natureza" (6).

As citações feitas espelham uma preocupação legal de considerar colono o alienígena rurícola. O sentido colonial, entretanto, extravasou para o ambiente urbano. Colonos e seus descendentes criam cidades. O uso da expressão "cidade da área colonial" é comum.

Denotando, também, certa nuance dentro do fenômeno de instalação de elemento estrangeiro, os imigrantes estabelecidos nas cidades de origem lusa agruparam-se em "colônias". Estas tiveram inclusive, em Porto Alegre, áreas geográficas preferenciais.

Certamente, como decorrência da legislação e da interpretação das autoridades, no passado, diante do fenômeno, foi muito comum entre os imigrantes espontâneos e urbanos, mesmo fazendo parte de uma "colônia", negarem aquela condição. O autor teve inúmeras oportunidades de constatar o afirmado, ouvindo: "Minha passagem não foi o governo que pagou, não sou imigrante".

(4) ROCHE, Jean - A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul. 1969 p. 3.

(5) FAISSOL, Espiridiao - O que é Colonização? Revista Brasileira de Geografia, julho-setembro 1952, p. 364.

(6) PICCOLO, Helga I.L. - A Colonização Alemã em Nova Petrópolis. Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Ano 1 nº 1, 1973. p. 46.

Obviamente inexistiu, no "caso colonial brasileiro", laço de dependência entre a área ocupada pelo imigrante - área colonial - e a terra de origem - metrópole - a semelhança das colônias europeias na África. A pretensão de um dos países fornecedores de imigrantes, em determinados momentos, não caracterizou situação de inferioridade à soberania nacional.

MIGRAÇÕES ESTRANGEIRAS NO RIO GRANDE DO SUL - Os fugidos das plagas europeias, devido, em grande parte, às injustiças sociais resultantes de uma má distribuição de riquezas, não encontraram aqui uma estrada atapetada de flores que os levassem diretamente aos píncaros do sucesso. Pelo contrário, palmilharam árduas trilhas. Muito não resistiram e abandonaram, no caminho, a empreitada. Sem dados específicos para o Estado, a citação dos referentes ao país, tornam-se bastante expressivos. No Brasil, entre 1850 e 1950, entraram 4.800.000 imigrantes e pouco mais de 1/3 o abandonaram (7).

Entre os que permaneceram nem todos acharam a árvore das patacas. As prósperas comunidades amiúde enunciadas atestam o trabalho do imigrante e seus descendentes, mas, também, são o testemunho do inter-relacionamento havido com os burgos lusos pré-existentes o que nem sempre é devidamente lembrado.

A reclamação sobre o desleixo das autoridades diante do alienígena e sua prole parece refletir também injustiça na acusação, ao lado de omissão do poder público. Reconhecendo-se uma política migratória em freqüente mudança também pode-se ver que os relatórios governamentais estão repletos de preocupações das autoridades com os imigrantes. Apenas como exemplificação, legislou-se, em 1854, procurando localizar os recém vindos em áreas "apropriadas e de fácil comunicação". Os lotes passaram, então, a ser vendidos a prazo (Lei de 30/11/1854). As passagens dos colonos foram pagas pelo governo que lhes deu subsídios e transporte até os núcleos coloniais (8).

Modificações de legislação, muitas vezes, criaram situações embaraçosas. Conflitos entre governo e imigrantes apareceram em virtude de má medição ou de dúvidas sobre propriedades das terras ocupadas. É preciso levar em conta as dificuldades enfrentadas pelos dirigentes diante das enormes áreas a serem loteadas e das crônicas faltas de verba (9).

Por sua vez, nem sempre o comportamento do alienígena esteve isento de senões ou deixou de se prestar para criar situações embaraçosas ao país acolhedor. O relatório do presidente Eloy de Barros Pimentel, referente a 1864, fala no "espírito rixoso" e na "volubilidade dos próprios colonos" (10). Reclamações, exigências de novas colocações, aparecem registradas na Fala do Dr. Joaquim Galdino Pimentel, em 1889 (11). A situação criada com a Prússia na dé

(7) As Migrações Internacionais - Contribuição para o Estudo da Demografia do Brasil. 1961, p. 125.

(8) Relatório apresentado pelo Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Dr. Espiridião Eloy de Barros Pimentel, na 1ª Sessão da 11ª Assembleia Provincial. 1864, p. 78.

(9) PICCOLO, Helga I.L. - Op. cit. nota 6, pp. 51, 60 e 61.

(10) Op. Cit. nota 8, p. 81.

(11) Fala do Exmo. Sr. Dr. Joaquim Galdino Pimentel dirigida à Assembleia Legislativa, em 1889.

cada de 1870 mostra, seguramente, mais o interesse de não deixar escapar mão-de-obra de um país que se industrializa do que más condições existentes no Brasil.

Não sendo uma particularidade, é de se destacar que grande parte da migração não foi o resultado de ato voluntário de escolha do alienígena por terras brasileiras. O movimento cujos primórdios se amarra, no caso gaúcho, a 1824 é principalmente orientado e subvencionado pelo governo brasileiro, imperial, provincial ou municipal. Em alguns períodos, a empresa privada dedicou-se também à tarefa de colonizar. Ao governo, genericamente, coube contratar, através de firmas ou indivíduos, a vinda de parcelas migrantes. Estes dependendo da legislação em vigor, eram subvencionados, recebiam gratuitamente ou pagavam em prestações as datas de terra para cultivo. Houve tempo em que procurando atrair os que se dirigiam para a América do Norte, em virtude de serem as passagens mais baratas, o governo pagava a diferença Estados Unidos-Brasil.

A tabela 1 detalha os responsáveis pelas iniciativas de transferências de imigrantes para o Rio Grande do Sul.

TABELA 1
Imigração para o Rio Grande do Sul - 1859/1860

Tipos de Imigração	Nº de Imigrantes
Contratos por conta do Governo Geral	205
Contrato por conta do Governo Provincial	67
Contrato Steimann	266
Montravel Silveira (particular)	43
Espontâneos	37

Fonte: Relatório de 1860 (12).

Uma boa visão do comportamento do fato migratório tal como se verificou no século passado encontra-se no relatório que o Barão de São José do Norte, presidente da Associação do Comércio de Rio Grande, apresentou em meados de 1889. Diz ele: "As irregularidades do serviço têm mesmo causado alguns descabimentos, que nos hão de trazer não pequenos prejuízos, em relação à corrente migratória para aqui estabelecida. Enquanto nosso governo não se compenetrar da necessidade de ser mais rigoroso nos contratos que celebrar, e não der maior amplitude e atividade ao serviço de demarcação de lotes coloniais, havemos de estar sujeito aos descabimentos por que ainda ultimamente passamos, vendo a - emigração dos imigrantes - para a república Oriental, e as repatriações em massa, de que ainda a pouco tivemos um exemplo. E não será naturalmente - por falta de verba - que tais irregularidades se têm dado, pois jamais foi ela tão

(12) Relatório apresentado à Assembléia Provincial de São Pedro do Rio Grande do Sul, na 1ª Sessão da 9ª Legislatura pelo Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão. 1860, p. 29.

ampla como no presente exercício, montando o seu total a Rs 10.000:000\$000 em todo o império, dos quais foram destinados Rs 1.000:000\$000 para a província" (13).

Ao lado das imigrações de iniciativa oficial ou particular, mas originada anteriormente e comportando um número mais reduzido de membros, verificou-se a daqueles que vieram para a Província por livre escolha e a sua custa (Tabela 1). É um fluxo de origem mais variada e provavelmente dirigido de preferência ao ambiente urbano. Em algumas oportunidades suplantou a migração organizada como em 1863, quando para 164 alienígenas vindos por contrato chegaram espontaneamente 254 indivíduos (14). Esta superação inspirou a suspensão dos contratos. As autoridades julgaram já haver condições para o fluxo migratório prescindir de estímulos, mas os resultados desfavoráveis que se seguiram, levaram a volta ao sistema anterior.

Destaque igualmente merece a migração estrangeira para os municípios luso-brasileiros. Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande receberam imigrantes tanto diretamente, como da área colonial e os alojaram, seja em zona urbana, seja em zona rural.

AS CORRENTES MIGRATÓRIAS ANTERIORES A 1822 - O Continente de São Pedro tornou-se receptor de população multinacional bem antes do 1º quartel do século passado. O registro de estrangeiros (15), entre 1777 e 1822, permite arrolar mais de meio milhão de alienígenas estabelecidos no extremo meridional da América Portuguesa. Essa fonte, é preciso frisar, apresenta inúmeros senões: repete nomes, registra, às vezes, denominações que obviamente não correspondem às nacionalidades dos registrados, coleta informações pessoais que não informam ou é pródiga em deixar de anotar dados necessários à identificação. Além do que, e isto é muito importante, não abrangem todos os estrangeiros que se fixaram nestas paragens. As folhas podem ser atribuídas tanto aos funcionários responsáveis pelos registros como a propositais declarações malfeitas. É por isso que se encontram: um inglês chamado Fernando Rodrigues Braga (16), uma declaração de que o estrangeiro "procede de sua pátria" (17) ou que "vive de seus negócios" (18). Fichando os nomes de estrangeiros que possuem como declaração de destino o território gaúcho e com todos os dados que o acompanham e expurgando os que aparecem mais de uma vez, identificaram-se 597 pessoas. Não corresponde este número ao universo migrantista do período (19), mas sua análise pode dar uma idéia da contribuição não lusa, não brasileira e não africana no período a que se refere. Nesse tempo a população do Rio

(13) Relatório da Comissão Administrativa da Associação Comercial da Cidade do Rio Grande, apresentado à Assembleia Geral em Sessão de 4/7/1889, p. 28.

(14) Op. Cit. nota 8, p. 79.

(15) Registro de Estrangeiros nas Capitanias - 1777/1819, 1963 & Registro de Estrangeiros - 1808/1822, 1960.

(16) Op. Cit. nota 15, p. 10.

(17) Op. Cit. nota 15, p. 46.

(18) Op. Cit. nota 15, p. 9.

(19) No prefácio do Registro de Estrangeiros nas Capitanias - 1777/1819, está anotado que o volume reproduz a coleção 371, mas faltam as folhas correspondentes às letras A a D.

Grande flutuou entre estimativas de 17.923 habitantes em 1790 e 106.196 pessoas em 1822. Distribuíam-se os estrangeiros por 15 nacionalidades (tabela 2)

TABELA 2
Levantamento de Estrangeiros - 1777/1822 (20)

Nacionalidade	Nº	%
Espanhóis e Canarinhos	264	44,22
Uruguaios	98	16,41
Paraguaios	45	7,54
Franceses	41	6,87
Argentinos	35	5,86
Inglêses	22	3,69
Italianos	15	2,51
Americanos	15	2,51
Chilenos	7	1,17
Irlandeses	6	1,00
Suiços	5	0,84
Alemães	4	0,67
Peruanos	2	0,34
Holandeses	2	0,34
Colombiano	1	0,17
S/declaração e prejudicados	35	5,85
TOTAL	597	100,00

Espanhóis e platinos constituem alta porcentagem dos arrolados (66,49%). Os primeiros são mais numerosos mas, é preciso considerar que eles engrossaram as levas formadas quando das guerras de independência Platina.

No período 1810/1819 é que se constata a maior entrada de espanhóis (65,74%) sendo que 40% vieram através da Banda Oriental. Na turais desta avultam no mesmo período e correspondem a 3/4 das entradas dos uruguaios. Pelo mesmo caminho e no mesmo tempo chegaram 2/3 dos paraguaios e mais de 1/4 dos argentinos (28,75%). A porcentagem de espanhóis que procederam através do Uruguai deve ter sido bem maior do que a citada levando-se em conta que de 35,60% deles a fonte não informa como e por onde chegaram ao Rio Grande.

Os franceses avultam no período que se sucede à época napoleônica. A partir de 1815, entraram 87,80% dos mesmos. Já os ingleses contemplados com vantagens comerciais após a fuga da família real portuguesa para o Brasil, ocorrem após 1810 (21). No mesmo período chegam, em igual número, italianos e americanos. As outras contribuições são menos expressivas.

(20) Esta tabela foi organizada com dados colhidos nas fontes referidas à nota 15. Na sua feitura considerou-se os provenientes dos territórios que atualmente formam o Uruguai como uruguaios; o mesmo critério foi adotado para considerar argentinos, italianos e alemães.

(21) Em 21,27% dos imigrantes dessa procedência não houve informação sobre a é-

Apurar a distribuição dos que se estabeleceram no Continente de São Pedro foi um dos objetivos que não se conseguiu realizar plenamente. Se não deixam dúvidas as informações que se referem a Porto Alegre, Cachoeira, São José do Norte ou Povoação do Norte, o mesmo não aconteceu aos que foram para São Pedro do Sul, Rio Grande e Rio Grande do Sul. A confusão que leva o uso dos mesmos topônimos para denominar a Capitania e o porto marítimo impede a indicação de destino de 86,40% do contingente.

O estudo da atividade profissional do grupo apresentou dois ôbices: de pouco mais de 1/4 (28,85%) dos imigrantes não foi registrada a profissão e 6,71% do total aparecem como jornalheiros, profissão que segundo se depreende da fonte, pode corresponder tanto à atividade agropecuária como a ligada à indústria ou ao comércio.

Os setores primário e terciário se equivalem com respectivamente 24,49% e 24,83% das 597 pessoas arroladas. Os lavradores constituem 72,60% do setor primário e 17,78% de todo o contingente. Os espanhóis são os mais numerosos (57,54%) seguidos dos uruguaios (16,03%). No setor secundário, como acontece em todos os setores, os espanhóis são majoritários (54,76%). Isoladamente os pedreiros são os mais numerosos neste setor (28,57%), seguido pelos carpinteiros (11,90%). Nas atividades do terciário os comerciantes constituem o grupo mais numeroso entre as 10 categorias, correspondem a 47,29%. A expressividade dos comerciantes e a variedade de nacionalidades que apresentam leva a crer que a sua localização em Rio Grande fosse significativa. Já em 1808, Luccock (22) a futura cidade sediava os principais comerciantes da Província.

Contribuição valiosa à população sul-brasileira, os migrantes desse período espelham principalmente a atribulação da vida platina e o drama de uma população retirante. Mostram também a expansão comercial das grandes potências. Não se pode localizar a sua distribuição em território gaúcho mas se pode dizer que a sua absorção foi feita pelos núcleos de formação lusitana.

A COLONIZAÇÃO RURAL - Rio Grande distribuidor gaúcho das levas migrantes do Brasil independente, para os vários rincões da Província, nos últimos decênios do século passado, levou a efeito a organização de um empreendimento colonial em sua própria área rural. Já então, gozava dos benefícios tanto de uma colônia urbana como de uma colônia rural. A primeira de procedência variada e a última lusa, ambas, porém espontâneas. O novo cometimento colonizador, os resultados obtidos com a iniciativa da Câmara rio-grandina e o cotejo com a colônia urbana é o que se pretende examinar.

O cenário rio-grandino incrusta-se na planície costeira gaúcha. Corresponde a uma formação sedimentar quartenária com relevo predominantemente plano. Os solos, segundo o Mapa de Capacidade de Uso do Solo do Rio Grande do Sul - 1972 (23), classificam-se na catego-

(22) LUCCOCK, John - Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil. 1942, p. 117.

(23) INCRA, IICA, GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - Capacidade Usos dos Solos - R.G.S. - 1972. Escala 1:750.000

ria C que genericamente só permitem o seu uso com culturas permanentes. As suas classes e subclasses indicam serem todos apropriados para pastagens nativas. A alguns é permitida a prática de silvicultura ou ainda de fruticultura. Muitos estão sujeitos a encharcamento e outros são altamente suscetíveis a erosão eólica. Sua fertilidade é reduzida. A vegetação dominante é de campo.

Entrada única da Província quando a navegação se constituía no principal meio de transporte, a vocação urbana do território rio-grandino instituiu-se como decorrência de sua situação. Se nos seus primórdios também produziu algum trigo e modernamente foi exportador de produtos hortícolas, a comunidade nunca teve destaque agrícola e menos ainda antes do advento do arroz irrigado.

A área rural rio-grandina, dos últimos decênios do século fin do era, na sua quase totalidade, de povoamento luso-brasileiro e pouco importante no conjunto econômico municipal. A migração espontânea canalizou, durante muito tempo, para a Ilha dos Marinheiros, verdadeira jóia hortícola lusitana nas areias da restinga gaúcha, os portugueses que pretendiam a vida rural.

Quando a partir da década de 1870 a cidade viu aparecer as suas primeiras grandes indústrias: fiação, tecelagem, fumo, cervejaria, desenvolveu-se entre alguns membros da coletividade local a justa pretensão de criar riqueza agrícola compatível com o crescimento urbano. Pretendiam obter "in loco" matéria-prima industrializável que lhes possibilitasse enfrentar vantajosamente a concorrência de uma situação classificada como crítica pela imprensa. Por outro lado acreditavam não poder a pecuária, no estágio em que se encontrava, concorrer com os rendimentos obtidos na agricultura. "Efetivamente é de população que precisamos para explorar nos diversos ramos de indústria que a lavoura fornece, os produtos compensativos da zona que habitamos" (24) afirma um dos entusiastas da colonização rio-grandina.

A Câmara Municipal coube, através de membros com forte liderança nas classes conservadoras, a iniciativa. Certamente os exemplos provinciais devem ter influenciado: a experiência italiana contemplava um quinquênio de esforços sobre a floresta da encosta do Planalto e a alemã ultrapassara o cinquentenário.

Os idealizadores do projeto rio-grandino vinculavam o progresso local à colonização do Município (25). A. P. Chaves Campelo (26) foi o proponente da criação da Colônia Municipal de Rio Grande no Povo Novo. A sua aprovação baseou-se nas observações que o autor fez juntamente com o seu colega Carlos Rheingantz (27) e com o agrônomo Sebastião Laufer. Essa trindade percorreu o Município até

(24) AMBAUER, H. Schutel - Projecto de Colonização do Município do Rio Grande. 1883, p. 4.

(25) Idem, idem p. 4

(26) Ilustre homem público rio-grandino e proeminente membro da Associação Comercial.

(27) Grande industrial rio-grandino e presidente da Associação Comercial no período 1882/1883.

a margem do São Gonçalo, selecionou áreas apropriadas à colonização e opinou sobre as mesmas. A escolha recaiu sobre as terras dos lugares denominados: Lomba, Arraial e Rincão (28). Sobre as possibilidades daqueles lugares a conclusão foi de que a "zona só espera ser colonizada por bons agricultores para tornar-se importantíssima" (29). A conclusão, sem dúvida, foi mais muito fruto de entusiasmo do que de acurado estudo das possibilidades regionais.

O necessário beneplácito da Assembléia Provincial foi obtido juntamente com a autorização de lançar um empréstimo de cem contos de réis para suprir os gastos com aquisição de terras a serem trabalhadas por imigrantes (lei de 4 de maio de 1881). Logo após a Assembléia concedeu a solicitação que lhe foi feita para que os juros do empréstimo, nos primeiros anos, corressem por conta da Província. Justificou-se a pretensão dizendo que a Câmara estudava "os meios que possam oferecer na pratica o mais feliz resultado" e, obviamente, não foi esquecido acrescentar serem as terras do distrito do Povo Novo "ubérrimas" (30). Entrementes Ambauer (31) colheu informações sobre as possibilidades dos terrenos que margeiam a via férrea com os seus compatriotas trabalhadores nas obras ferroviárias. Os resultados obtidos foram semelhantes aos expostos. Certamente não foi uma forma adequada de indagação da decantada fertilidade do solo...

Não sendo possuidora de terras, a Câmara Municipal iniciou os trâmites para aquisição de gleba na área escolhida. A especulação imobiliária, que não é fenômeno inventado nos dias atuais, se fez sentir de forma a arrefecer, naquele momento, o entusiasmo colonial das autoridades. Estas obtiveram licença para transferir a autorização concedida a uma sociedade colonizadora (32). Neste entretempo apareceu um projeto que provavelmente se diferencia dos surgidos até então na Província. É de autoria de Schutel Ambauer (33). Previa a fundação de um órgão denominado "Associação Agrícola Colonizadora" com capital de 100 contos de réis destinado a criar um estabelecimento Agrícola-Central (sic.). O patrimônio imóvel seria obtido através de doação da Diretoria da Fazenda Provincial. A associação incorporada pela Câmara lançaria ações no valor de 100\$000 e 200\$000 rendendo um juro máximo de 6% e totalizando, inicialmente a 1/4 do capital autorizado. As ações não poderiam distribuir dividendos superiores a 9% ao ano. Na colônia situada "em terrenos deste município, próximo aos que o Governo possui devolutos além do Povo Novo" (34) funcionaria um "Estabelecimento Modelo", isto é uma

(28) Echo do Sul do dia 29 de julho de 1888

(29) AMBAUER Op. Cit. nota 24, p. 3.

(30) Relatório da Câmara Municipal da Cidade do Rio Grande apresentado à Assembleia Legislativa Provincial. 1883, p. 12.

(31) AMBAUER Op. Cit. nota 24, p. 3.

(32) Relatório da Câmara Municipal da cidade do Rio Grande apresentado à Assembleia Legislativa Provincial. 1885, p. 14.

(33) É a obra referida à nota nº 24.

(34) AMBAUER Op. Cit. nota 24, p. 6.

escola para fazendeiros e companhia que quizerem mandar alguém para praticar" (35). As atividades da escola seriam subvencionadas pelo governo ou remuneradas aos usuários. Os lotes seriam vendidos aos colonos. Os que não tivessem recursos trabalhariam no "estabelecimento Agrícola-Central" e teriam descontado em seus ganhos o correspondente a prestação do seu lote. No centro, a colônia disporia "os poços, algibes, fornos, ferrarias e mais dependências necessárias aos colonos" (36). Ainda seriam fontes de renda as obtidas pela exploração direta de glebas pela associação e a subvenção obtida pelo governo provincial pelo alojamento de colonos que desembarcando em Rio Grande ali aguardavam o seu destino. Ambauer acreditava que em grandes terrenos poderiam se desenvolver "vastos prados de feno destinados à indústria do queijo e da manteiga, produzindo-se a vender o feno que sobrar..." (37), cultivar trigo, centeio, aveia e outros cereais, algodão e fumo. A organização poderia adquirir leite dos vizinhos e fazer queijo, estabelecer moinhos, etc. É de se destacar que o plano visava a organização de um habitat concentrado denominado pelo autor de "ferme" a semelhança, segundo ele, do que existia na Europa.

O plano foi encaminhado à Associação Comercial para apreciação antes de ser remetido à Câmara. O parecer da comissão representativa das classes conservadoras que pouco alterava o plano desgostou Ambauer e este recusou-se aceitar o alvitraço. Publicou o seu trabalho anexando-lhe uma justificativa (38).

Com a cessão pelo Poder Central à Câmara, de terrenos devolutos (outubro de 1883), a dificuldade da obtenção de terras desapareceu (39). A Câmara, porém, legalmente era obrigada a solicitar licença aos deputados provinciais para concessão de terras a empreendimentos coloniais. Foi da Southern Rio Grande do Sul Railway a única manifestação de interesse em colonização. Propôs sem ônus para os cofres municipais, colonizar a área lindeira aos seus trilhos. A iniciativa não progrediu mas é de se citar como modelo de irrerealidade a argumentação da vereança sobre o assunto. A utilidade das colônias, nas vizinhanças da estrada de ferro, a pouca distância do porto de mar, dispondo de um solo fertilíssimo, de águas e de matos (sic) não pode ser contestada. Em condições semelhantes

(35) AMBAUER, Op. Cit. nota, 24, p. 7.

(36) AMBAUER, Op. Cit. nota, 24, p. 6.

(37) AMBAUER, Op. Cit. nota, 24, p. 9.

(38) "Illms. Srs.

Na reunião da Praça do Commercio, de 12 do corrente, fui incumbido, por indicação do Illm. Sr. Arthur Rocha, de compilar o meu projecto com as modificações do parecer de V^{as}. S^{as}.

Me parece que sou incompetente para esse encargo e, que não tendo assistido à reunião todos os que se interessam pela prosperidade do Rio Grande, só uma reunião popular e numerosa poderá dar força e autoridade a qualquer alvitre que se tomar. Pedindo desculpa por dar publicidade, em avulso, do projecto e do parecer de V^{as} S^{as}, me subscrevo Att^o venr. e Cr^o H. Schutel Ambauer. Illms. S. Membros da commissão do parecer. Rio Grande, 22 de fevereiro de 18834

(39) Op. Cit. nota 32, p. 14

hã de sempre prosperar uma colônia, e consequentemente hã de aumentar a receita geral, provincial e municipal" (40).

Passaram-se dois quadriênios entre o projeto inicial de colonização e sua consecução. No fim do primeiro deles, foi fundada uma "Sociedade de Imigração" com efêmera duração. Inspirada pela presidência provincial não despertou maior entusiasmo. Comentários da imprensa de então falam sobre a falta de interesse da sociedade rio-grandense (sic) por assuntos importantes como o da colonização enquanto outros mais fúteis mereceriam atenção (41). Aquela manifestação deveu-se a pouca afluência do comércio e povo em geral ao convite várias vezes publicado na imprensa. O presidente da Associação Comercial a quem fora solicitado tomar as providências necessárias à idéia governamental, na oportunidade fez sentir o seu desgosto. Após discussões sobre a finalidade da reunião, criou-se a "Associação de Imigração" instituída conforme o artigo primeiro de seus estatutos "sobre os auspícios do convite circular dirigido pelo Exmo. Sr. Presidente da Província com data de 1 de setembro desse ano..." (42). Ambauer apresentou o seu projeto de colonização na reunião inaugural (43) mas parece que o mesmo não foi levado em conta pela Sociedade. Os seus estatutos não faziam referência a qualquer tipo de atividade com organização semelhante ao pregado por aquele estudioso. Após curta duração, a Sociedade extinguiu-se. Foi lastimada pela diretoria da Associação Comercial que herdou o seu acervo e se responsabilizou pela distribuição do que deveria ser rateado (44).

Se a idéia colonizadora apesar do interesse de próceres rio-grandinos deixou de ser levada avante, não obstante o amparo legal e os motivos justificadores do empreendimento, ela não desapareceu. Não se enquadrou nos objetivos da "Sociedade de Imigração" que provavelmente não conseguiu reunir recursos para a instalação de colonos.

Nos últimos anos da década de 1880 a iniciativa colonizadora ressurgiu com novo vigor e se concretizou. Foi escolhida uma área e se estabeleceram os primeiros agricultores.

Um parecer (45) exarado por comissão de vereadores sobre as possibilidades de criação colonial, localização e recursos necessários constituiu o ponto de partida. Os representantes populares consideraram a complexidade do assunto, campanha favorável da imprensa e ainda as razões de não haver até então a colonização tomado impulso. "É preciso confessar que apesar do talento de seus autores, esses escritos não produziram a convicção indispensável para animar os cometimentos de certa ordem: eram deficientes como pro-

(40) Op. Cit. nota 32, p. 15.

(41) Artista, 17 de outubro de 1884, p. 1.

(42) Artista, 27 de outubro de 1884, p. 1.

(43) Vide nota 41

(44) Op. Cit. nota 13, p. 29.

(45) Actas da Câmara Municipal da Cidade do Rio Grande. 1887, p. 117

paganda" (46) diziam eles. Noutra passagem aditavam que a razão era o estabelecimento de "Hipóteses quando aliás podiam afirmar, com a segurança que a experiência motiva que os resultados de uma colonização bem dirigida são sempre vantajosos" (47). Salientavam também a opinião que diziam ser muito aceita sobre a superioridade das terras de mata (48). Procuravam afastar a idéia da adequação exclusiva daquelas terras e argumentavam: "os terrenos dos distritos do Povo Novo e Tahym e dos distritos mais próximos - Mangueira e Carreiros são fertilíssimos" apesar dos capões esparços. Repetiram a decantada produção de trigo no passado e a não inferioridade dos terrenos do Povo Novo, Lomba, Arraial e Quinta diante de outros.

Para a Comissão, a agricultura que vicejou no passado teria sido deslocada pela criação. Esta, na época do parecer, careceria do grande espaço necessário, renderia menos do que se poderia obter com agricultura e estaria ocupando pessoal numeroso. Pretendiam uma substituição da pecuária pela agricultura obtida através do exemplo do trabalho na pequena propriedade agrícola.

O óbice em que tropeçavam os edís era o contraste entre a vegetação da terra municipal e a daquela domada pela colonização européia na Encosta. Sem dispor de recursos outros senão os da boa vontade, argumentavam com a existência de capões nos lugares de sua preferência "para o estabelecimento de núcleos coloniais fornecerão o combustível" (49). Diante da própria fraqueza da ilação acrescentaram: "e quanto a miséria e a fome neste município é quase impossível realizar-se uma ou outra desde que o colono seja dotado de uma certa atividade". Com esta afirmativa ingênua e como não poderia deixar de ser a Comissão confiava na por demais frizada "verdade do solo" (50).

Mesmo considerando as deficiências sobre conhecimento dos solos é de se salientar o cuidado que tiveram com a situação da colônia em seu relacionamento com Rio Grande. Algumas das terras citadas como aptas já haviam sido consideradas no início daquele decênio mas só nesta oportunidade é que se observou ser o Povo Novo sa télite pelotense. Quando, mais tarde, críticas sobre a escolha da localização do primeiro núcleo se fizeram sentir, a argumentação dos defensores foi que as terras do Povo Novo distavam 35 Km da sede municipal e 17 ou 18 Km de Pelotas; que a Mangueira deveria aguardar a passagem da Estrada de Ferro para que os "terrenos aproveitáveis, no meio de grandes areias tivessem sua oportunidade". Lomba, Quinta e Arraial sobressaíram-se como os locais mais indica dos.

O projeto que seguiu ao relatório e foi aprovado, detalha o que pretenderam fazer. Os colonos receberiam lotes de 30 ha e por 2 anos estariam isentos de qualquer pagamento. Somente a partir

(46) Op. Cit. nota 45

(47) Idem, idem

(48) Idem, idem

(49) Idem, idem

(50) Idem, idem

do terceiro ano pagariam juros do capital empregado pela municipalidade. A aquisição poderia ser feita mediante pagamento parcelado ou não. A Câmara providenciaria uma casa para o alojamento do colono no primeiro ano. A preocupação com a falta de madeira se fez prena lei que permitia financiamento para sua aquisição. Também os 10 primeiros colonos poderiam ter financiamento até cem mil réis. Ainda salientava o referido projeto a importância do aumento de população ligada ao evento colonizador, a riqueza dali decorrente e o seu reflexo sobre a indústria. Não esquecia de acentuar que todo o fluxo de progresso se ligaria à adequação da barra (51).

A aprovação unânime do parecer e projeto subsequente não implicou na sua execução imediata como seria de esperar. A implantação não obteve o consenso das autoridades e as divergências ecoaram na imprensa.

Entre a aprovação do projeto e sua retomada pela Câmara, decorreu cerca de meio ano. Um dos seus maiores entusiastas, o vereador Vianna (52), reabriu a questão que parecia adormecida relevando a grande importância da mesma. Salientava a impossibilidade momentânea, de conhecimento geral, para processar-se a medição e demarcação dos próprios municipais do Povo Novo. Segundo o *Echo do Sul* (53), jornal que apoiava a política oficial, levariam 5 anos para aquela medição, além dos problemas decorrentes da penetração de lindeiros nos terrenos públicos. Argumentou ainda o vereador ser aconselhável iniciar a colônia com terra adquirida. Foi rebatido pelo seu colega Dr. Almeida Pires que não via necessidade de se procurar terrenos não pertencentes ao Conselho, mas saber quanto seria necessário dispendir com a colonização e quais as possibilidades do erário. Acrescentava que se a Câmara não tinha meios para proceder as medições dos terrenos do seu patrimônio não os possuiria para estabelecer colônias e menos ainda para adquirir terrenos por preço elevado. A questão foi encaminhada ao engenheiro da Câmara para informar as despesas decorrentes daquela instalação no Distrito do Povo Novo "para a Câmara ver a despesa que cada lote colonial deverá custar incluindo-se na mesma o custo do terreno, o transporte de colonos e as demais despesas de que trata o projeto apresentado a Assembléia Legislativa Provincial" (54).

Em 18 de julho de 1887 a Câmara tomou conhecimento da despesa que teria com cada lote: um conto de réis. Aprovou este custo e ainda a aquisição de terras pertencentes ao espólio do Dr. Martins de Freitas desde que as mesmas não custassem mais de vinte contos de reis. Estas terras localizavam-se nas proximidades da Quinta, atual distrito de Rio Grande.

(51) Op. Cit. nota 45, p. 121.

(52) Livro de registro de portarias, ordens, editaes, circulares, avisos, declarações, atestados passados pela Câmara ou pelo seu Presidente. 1887/1891, fl. 50v.

(53) "*Echo do Sul*", nº 173, 29/7/1888, p. 1.

(54) Op. Cit. nota 52, fl. 54.

Após anos de maior ou menor interesse pelo assunto a Câmara optou pela aquisição de terra para o empreendimento. Não encontrou unanimidade de opiniões para sua resolução. Uma das correntes que se criou argumentava seu ponto de vista com a proximidade das terras do Dr. Martins de Freitas da cidade e a facilidade de comunicações. Os seus oponentes diziam da inadequação das terras que se acompanhava de dispêndio evidentemente inútil de recursos públicos.

Aquele campo aparece inúmeras vezes anunciado por leiloeiro oficial nas páginas dos jornais. De um deles saíram os seguintes elementos caracterizadores (55). "Tem 728 braças de frente por 3 mil braças de fundo ocupando uma área de 10.570,960 metros quadrados podendo-se criar neste campo de 800 a 900 reses" (...) "assim como um quinhão de campo com 52 braças de frente por 3.000 de fundos com uma área de 755,040 metros quadrados" (...) "Fica este importante campo" segundo o anúncio, a 3 léguas da cidade e a 1/2 légua da estação da Quinta e possui "magníficos matos, aguada permanente".

Das discussões havidas infere-se que esse campo teria sido oferecido inicialmente por 50 contos de réis sem encontrar pretendentes e seu preço baixou até dezenove contos de réis quando a Câmara concordou em não dispendir mais de vinte contos de réis com a compra das terras.

Os inimigos da aquisição ponderaram que o campo pretendido "porque situado entre Carreiros e Povo Novo é alagadiço na maior parte, quase todo arenoso, não tem mata". "Seria coisa nunca vista, estabelecer colonos agrícolas em terrenos que no inverno e mesmo no verão quando há grandes chuvas fica inundado..." (56). Apesar dos inconvenientes apontados, a Câmara aprovou a aquisição do campo que segundo o jornal "Artista" "não se presta para loteamento por ter a configuração de um funil".

O ano terminou antes de se iniciarem os trabalhos preparatórios e as instalações de colonos. Os recursos monetários indispensáveis foram obtidos através da famosa lei 1291, que em 1881 autorizava o Município contrair empréstimos para fins coloniais (57). Nos inícios de 1889, há na Câmara de Vereadores, solicitação para serem verificadas as medidas e divisões em lotes as terras da Quinta segundo as determinações do regulamento para tal fim organizado e aprovado pela Assembleia Provincial (58). Autorizava, na oportunidade, o pagamento das despesas, em que o Dr. Engenheiro orçava o custo das cercas e das habilitações indispensáveis à cada lote, conforme o citado regulamento. Não demoraram a ecoar no recinto da Câmara protestos contra os trabalhos na Quinta. Da ata da 7ª sessão ordinária depreende-se terem sido distribuídas áreas antes de serem demarcados e aramados todos os lotes. Também, alguns lindeiros a propriedade municipal se beneficiaram sem serem colonos. Receberam ou se apossaram de trechos que não seriam os menos favorecidos. Deliberou fazer por administração as primeiras obras da colônia. A Câ-

(55) "ARTISTA", 4/7/1888

(56) "ARTISTA", 19/7/1888

(57) Exposição de motivos enviada ao Dr. Júlio Prates de Castilhos em 6/8/1891.

(58) Actas da Câmara Municipal da cidade do Rio Grande, anno de 1889, p. 15.

mara competia a localização dos colonos. A ênfase dada a aplicação das terras em agricultura, duas vezes na mesma sessão conduz a pensar terem as partes adjudicadas a moradores lindeiros, sido destinadas a ocupação tradicional na região, a pecuária.

É no início do mês de março de 1889, que se encontra a primeira referência ao transporte de colonos para a Quinta. Eles devem ter chegado nos fins do mês anterior, antes, portanto da medição e loteamento do terreno (59). A planta com a respectiva medição e loteamento foi encaminhada por ofício datado de 12 de maio de 1889 (60). O número de prazos coloniais atingiu a 28 "tendo uns pelos outros 30 ha" (61). Possivelmente o receio de protelações costumeiras tenha levado o vereador Vianna, encarregado dos negócios da Colônia, a transferir os 10 primeiros chefes de famílias de colonos antes mesmo das instalações previstas estarem à disposição. Eram aqueles de nacionalidade italiana e segundo a única fonte a referir-se ao assunto, tratava-se de "colonização espontânea" (62).

Foi construído um barracão destinado, inicialmente, a abrigar 21 famílias e, logo após edificadas um número igual de casas para as mesmas.

Não se encontrou elementos que permitissem totalizar o contingente migratório peninsular estabelecido na Quinta. Localizou-se, entretanto, nele, desde o início, um nome de origem portuguesa, João Pinheiro Cunha, ocupante do lote nº 2, como se vê à página 2 dos "Anais do Conselho Municipal entre 1892/1894". O grupo italiano, ao quanto se pode depreender das fontes, teve grande mobilidade. Coleta feita nas atas da Junta Municipal referentes ao ano de 1890, revelou 10 nomes de italianos que se retiraram e a notícia da saída de dois cidadãos de origem alemã que não são nomeados. Os italianos eram: José Bertholi, João Bachitini, Angelo Augusto, Angelo Massola, Mateus Rosari, André Scaglia, Giovanni Oliari, Ivora Morcho, José Barajota e João Gatoni (63). A exposição de motivos já citada registra ainda a existência de 10 famílias sem declarar, expressamente, a procedência.

A atividade inicial dos primeiros chegados foi fazer cercas de uma parte dos lotes coloniais. Esclarecia o vereador encarregado do empreendimento a seus pares, ter mandado fazer aquele serviço "para que os colonos recebessem como reclamaram, em dinheiro, a importância da parte não dispendida com as mesmas cercas etc. A bem de poderem prover-se de instrumentos agrícolas e de vacas, mulas e carroças que são indispensáveis para os serviços agrícolas" (64). Nessa mesma sessão aprovou-se a ida das famílias, ao que se depre-

(59) Op. Cit. nota 58, p. 19.

(60) Não foi encontrada a cópia da planta no arquivo da Prefeitura Municipal de Rio Grande.

(61) Op. Cit. nota 57

(62) Op. Cit. nota 57

(63) Actas da Junta Municipal da Cidade do Rio Grande, anno de 1890. p. 20.

(64) Op. Cit. nota 58, p. 18.

ende, dos 10 pioneiros. Ainda foi concedido um auxílio, correspondente à metade do valor dos lotes, a fim de que o colono adquirisse o necessário ao trabalho.

Não houve, porém, unanimidade na votação, argumentos desde a fertilidade dos terrenos à inadequação da área foram levantados. Em maio daquele ano, a Câmara discutiu a respeito da construção das casas dos colonos mas, no início do ano seguinte, aparecem comunicações do fiscal versando sobre a retirada de uns colonos e solicitação de auxílios, para a sua subsistência, por parte de outros (65). Já, então, os negócios municipais, em virtude da grande alteração política brasileira, estavam a cargo de uma junta municipal. A mudança de regime não modificou inicialmente o pensamento político sobre vantagem da colonização. Lançaram-se apólices para cobrir despesas com subsistência de colonos e outras responsabilidades aprovadas no regime anterior. Na mesma ocasião, entretanto, se alvitrou uma tomada de posição sobre a colônia.

Que os negócios coloniais se deterioravam verifica-se por nova saída de colonos. As entradas, por sua vez, eram mínimas. Duas famílias, uma francesa e outra portuguesa, receberam licença para lá se estabelecerem desde que se dedicassem à agricultura. A junta procurou salvar o empreendimento dando um auxílio para os colonos resistirem até "a próxima safra", cortou outras despesas e nomeou um encarregado que exerceria gratuitamente suas funções. Tratava-se do cidadão João Saldanha. Daquela época existem documentos que podem dar uma imagem da colônia que tanto entusiasmo despertara. O novo encarregado elaborou um relatório e, posteriormente, manifestou-se através de ofícios. Além disto existe a relação dos gastos efetuados entre dezembro de 1889 e 1890 (66).

O relatório (67) exprime a bondade da terra e a imprestabilidade do pessoal. Das 11 famílias então ali estabelecidas, somente quatro indivíduos trabalhavam apenas para a colônia. Dos outros, dois exerciam suas atividades fora e o restante vivia do subsídio mensal. Havia falta de implementos que, segundo informações, teriam sido desviados. Não havia sede para a administração, lugar para a guarda de utensílios e impunha-se necessidade de autoridade para "implantar ordem e respeito". Solicitava o administrador a aquisição de arados, bois, 12 sacos de sementes de favas, 6 sacos de cevada e 10 kg. de cebolinha, além da distribuição do gado "para evitar extravios". Todas as pretensões foram atendidas. No mês seguinte o encarregado solicitava quatro arados de facão, arame para as porteiras, a nomeação de um capataz que o substituisse em suas ausências e a feitura de um regulamento. A junta autorizou as despesas mas, quanto ao regulamento, alegou dever-se esperar porque os colonos não haviam tomado posse dos lotes mediante o necessário termo. Os colonos não sabiam, portanto, nem que direito tinham e não possuíam títulos de posse. João Saldanha cerca de um ano após ter

(65) Op. Cit. nota 58, p. 33.

(66) Op. Cit. nota 63, p. 109/110.

(67) Op. Cit. nota 63, p. 49/50

assumido, abandonou o cargo para dirigir-se à Europa. Um relatório feito pelo fiscal da Câmara logo em seguida, descreveu o acervo da colônia, referiu-se à qualidade do solo, número de casas, efeitos maléficos da seca, dispêndio com a colônia e seu resultado negativo. Nesta ocasião existiam dez lotes ocupados. Pelos nomes dos ocupantes pode-se ver que na administração Saldanha a colônia deixou de ser predominantemente italiana. Os lotes H e I são concedidos a João Florêncio de Oliveira; o lote J a José Francisco Taucado; o lote N a Manoel Maria de Mattos; o lote D a Francisco Guimerrez; lote E a Pedro Benitti; lote O a Carlos Donatti; o lote Q a Pedro Marchetor; o lote S a Jacintho de Carvalho; o lote G a Joaquim Florêncio de Oliveira (68).

O que se produziu, sem obter os resultados esperados, segundo o relatório, eram batatas, cebolas, centeio, feijão e milho. As vacas forneciam algum leite para os colonos. Os subsídios continuavam. O relator muito delicadamente deu a entender que as dificuldades eram em parte inerentes à falta de mata e seriam necessários muitos recursos para resultados duvidosos.

Provavelmente, em vista do exposto, a Câmara dirigiu-se ao Presidente do Estado solicitando todas as suas iniciativas, mostrando o insucesso e solicitando autorização para dispor das terras e benfeitorias como melhor conviesse em virtude das altas despesas (69). Não se localizou qualquer manifestação do Supremo Mandatário estadual. Em agosto de 1891, houve remessa à Câmara, do documento enviado à Presidência do Estado e solicitação para que a mesma providenciasse quanto à conservação, arrendamento ou venda das terras (70). A Câmara autorizou ao Intendente resolver da forma mais conveniente aos interesses do Município.

As terras coloniais foram postas à venda e esta foi contestada em requerimento entregue à Câmara no fim do ano, por João Pinheiro que se julgava apresentador da maior oferta (71). Em meados de julho de 1893, a Colônia estava completamente decadente. Desapareceram animais e, segundo documentos oficiais, os colonos não cuidavam do gado, nem dos trabalhos que estavam obrigados. Por isto o intendente foi autorizado a desalojar os colonos ainda ali estabelecidos, (72) no prazo de 30 dias, (excetuando João Pinheiro da Cunha "que tem valioso plantio e benfeitorias") e vender as terras da preferência a quem se interessasse por fins coloniais (73).

Os colonos pediram mais dois meses para permanecerem na colônia.

A experiência municipal, infelizmente, não produziu o que os seus propugnadores esperavam. As razões da extinção da colônia não podem ser buscadas na qualidade da gente que lá se estabeleceu. Não se apurou os processos de seleção do seu pessoal. Registra-se na própria área da colônia municipal o sucesso de João Pinheiro da

(68) Actas da Intendência Municipal da Cidade do Rio Grande anno de 1891, p. 46.

(69) Op. Cit. nota 57

(70) Annaes do Conselho Municipal do Rio Grande desde a sua installação em 22 de Junho de 1892 até 31 de Dezembro de 1894, p. 11.

(71) Idem, idem, p. 72

(72) Idem, idem, p. 106.

(73) Idem, idem, p. 107.

Cunha, que posteriormente adquiriu o lote ou o da família Ennes, retirante da colônia irlandesa de Pelotas e que se estabeleceu na Quinta, em área próxima, bem antes do empreendimento colonial, mas esses exemplos não invalidam o afirmado. Certamente não são o idealismo e a imitação suficientes para garantir o sucesso de empreendimentos desse tipo. A agricultura municipal que há muito sedia va-se na Ilha dos Marinheiros e baseava-se na mão-de-obra portuguesa continuou a abastecer a cidade e, por muitos anos produziu excedentes exportáveis dentro de características próprias.

ILHA DOS MARINHEIROS: UMA COLÔNIA PORTUGUESA - A contribuição agrícola lusitana desenvolveu-se dentro de uma transposição de técnicas utilizadas no norte português adaptadas, no quanto necessário, às circunstâncias locais. Ela se fez sentir sobre o mais importante celeiro rio-grandino que baseou sua organização na mão-de-obra migrante fluída espontaneamente e canalizada para a Ilha dos Marinheiros. Portugueses e seus descendentes garantiram, durante muito tempo, todo o abastecimento hortícola da cidade além de contribuir com outros cultivos.

A Ilha, bem cedo, começou a manter relações com Rio Grande. Já Betâmio, em 1780, (74) se refere a ela como fornecedora da vila. Produção de lenha, cebola, legumes, peixe e fornecimento de boa água são informações que se repetem em inúmeros cronistas e viajantes do passado. Nicolau Dreys registra, no início do segundo quartel do século XIX, uma população insular escassa onde a maioria era escrava (75). Nos últimos decênios daquele século a Ilha acumulou, durante certo período, dupla função. A paisagem ainda mostra que entre as velhas casas de estilo colonial, muitas em ruínas, e a atividade agrícola praticada existe uma disparidade. Esta se justifica pela alteração funcional da habitação. Os solares respondiam necessidades de lazer da gente de posses na estação estival. Sua importância desapareceu com as facilidades propiciadas pela construção da via férrea Rio-Grande-Costa-do-Mar ligando a cidade com a Mangueira (Cassino).

É muito provável que a mão-de-obra escrava empregada na agricultura tenha sido substituída pelos lusos provenientes de áreas rurais que aportavam em Rio Grande. O certo é que a Ilha converteu-se em um enorme canteiro dividido em pequenas propriedades onde portugueses agricultores e seus descendentes, proprietários, rendeiros ou empregados, praticaram uma agricultura de jardim. Esta implicou na construção de canais para a drenagem do excesso de umidade do solo. Transpuseram, juntamente com o seu trabalho, todo um lastro cultural que o relativo isolamento, decorrente de comunicação trabalhosa com a cidade, conservou como uma jóia antropológica digna de um estudo particularizado.

(74) XAVIER, Paulo - A Ilha dos Marinheiros. Suplemento Rural do Correio do Povo, 24/5/1974.

(75) DREYS, Nicolau - Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul. - 1927, p. 53.

Em 1888, dos 855 habitantes, 34,74% eram portugueses e 1,64% de outras nacionalidades (76). Em 1911, dos 1935 habitantes somente 314 eram lusos (77).

Métodos agrícolas, contratos de arrendamento, horário de trabalho, número, distribuição e qualidade de refeições e emprego exclusivo de azeite de oliva na comida, forma de transformação da uva, ao menos, até há alguns anos, lembravam a terra ancestral.

Cebola, tomate, legumes variados, frutas e flores constituíam o grosso da produção insular. A cidade era a consumidora, como ainda o é, dos legumes e de parte das frutas, tomates e cebolas. Os dois últimos em grande parte alimentam a exportação agrícola do município. A uva, os agricultores destinavam principalmente ao fabrico do vinho. O pêssego e o marmelo eram consumidos pela indústria de frutas da cidade. O vinho praticamente desapareceu. Os parcerias atingidos por doenças criptogâmicas e o surgimento de uma legislação vitivinícola nacional, após 1930, explicam o fato. A produção das outras frutas decaiu. A cebola continua sendo o principal esteio da agricultura que ainda fornece verduras. Apesar da sua importância no abastecimento, a agricultura vem se ressentindo da perda de mão-de-obra que migra para a cidade.

Em 1929, os agricultores atingiam 117, todos com sobrenome de origem peninsular e com forte preponderância de "Manuais e Joaquina" nos nomes. Daqueles agricultores, 115 produziam vinho e dentre estes 60 também comercializavam a fruta. O vinho alcançou a 466.200 litros e a uva destinada ao consumo como fruta fresca, a 121.690 kg. A cebola foi colhida 114 agricultores, totalizando 93.700 kg. Tomates e milho tiveram o mesmo número de cultivadores. O primeiro atingiu a 664.000 kg. e o segundo a 26.250 kg. Sem referência ao número de propriedades produtoras, a fonte (78) ainda revela que a ilha produziu 328.000 pimentões, 45.000 melões e 430.650 frutas diversas.

AS COLÔNIAS ESTRANGEIRAS NA CIDADE DO RIO GRANDE - O Rio Grande urbano recebeu preciosa contribuição alienígena, praticamente em todos os ramos de atividade. A fixação de estrangeiros, no porto provincial, refletiu a combinação de fatores internos e externos responsáveis pela posição geográfica do Rio Grande. Entre os primeiros deve-se distinguir: a peculiaridade física local diante do conjunto costeiro rio-grandense, as relações comerciais com a principal área econômica da Província, o sistema viário então dominante (hidrovias) e a instalação da alfândega rio-grandina. Externamente, contribuíram a existência de um comércio europeu agressivo e, particularmente, no âmbito americano, a desorganização da área concorrente platina envolvida nas lutas de independência.

(76) Anuario Estatístico da Província do Rio Grande do Sul. 1889, p. 200.

(77) Relatório do Dr. Trajano Augusto Lopes - Intendência Municipal do Rio Grande - Exercício 1910/1911.

(78) Relatório do Capitão Dr. Alfredo Soares do Nascimento, Intendente do Município, 1920.

VIA

148

Rio Grande, 14 de Junho de 1870

DESPACHÃO

HALLAWELL & C.

es seguintes generos

Nº 337

Rio Grande, 15 de Julho de 1870

Despachão Hermann Ewald & C^a es seguintes generos

Rio Grande, 28 de Junho de 1870

DESPACHO

Ne. & Keyserle comp^z es seguintes generos

cidade de Rio Grande no vapor mado "Guarani".

24º N. 117

Rio Grande, 11 de Julho de 1870

DESPACHAO

Calvagna Comp^z

es seguintes generos

da de Liverpool "Patacho Noviza Kalkreutz"

Rio Grande do Sul, 31 de Janeiro de 1908

O Sr.

Dece

a Companhia União Fabril

FRAEB, NIECKELE & Co.

PORTO ALEGRE, RIO GRANDE DO SUL & PELOTAS

A. C. J. FRAEB

HAMBURG

9 gr. Elisenstr. 9.

Telegraph Address:

FRAEB HAMBURG.

STADT & HAMBURG.

A. & C. CROD 40. HAMBURG.

Hamburg, 18 de Maio de 1904



CASA ROLIM

JULIO COPSTEIN

MATRIZ: MAL. FLORIANO, 916

FILIAL: MAL. FLORIANO, 487

IMPORTAÇÃO DIRETA DE CONSERVAS

E DEBECAS

PERFECCIONADAS EM GERAL

RIO GRANDE

RUA MARECHAL FLORIANO

Nº 179-183

TELEFONADA KALLFELZ

COMPROJ

Desenvolvendo-se por ser o traço de união entre o Rio Grande do Sul pastoril e o exterior, a cidade, apesar das alterações sofridas, pôde aproveitar sua vocação marítima por cerca de um século.

O esquema migratório para o Rio Grande urbano seguiu a linha geral que por muito tempo orientou o deslocamento europeu. A contribuição inicial proveio da Europa Ocidental e Central. Posteriormente, os migrantes da Europa Meridional e Oriental foram majoritários. O alinhamento só foi quebrado pelos portugueses cuja constância se verificou em todo o período.

Entre o ano da independência brasileira e os anos 30, verificou-se a ascensão e a redução da procura do Rio Grande por parte de estrangeiros. As duas guerras mundiais, as profundas alterações na economia brasileira, as modificações de normas comerciais, mudanças no sistema viário, altas taxas portuárias, adoção de normas nem sempre condizentes com os interesses rio-grandinos por parte do poder de decisão, foram fatores que influenciaram pesadamente na cidade e por consequência sobre as "colônias estrangeiras".

A apreciação do variado labor estrangeiro iniciar-se-á pela obra dos alemães.

OS ALEMÃES

Os alemães formaram uma das mais importantes colônias no Rio Grande. Distinguiu-se entre as demais, tanto pela pujança econômica que atingiu como pela variação de atividades e expressão numérica de seus membros. Sem se dispor de fonte determinadora para a chegada dos primeiros alemães que lá se fixaram, pode-se registrar, no terreno comercial, que Rio Grande, pouco depois da Independência, (1829), localizou uma das maiores firmas de exportação e importação que já se estabeleceram no território gaúcho: Fraeb Cia.

Em meados do século passado constata-se o vigor do comércio alemão pelas seguintes firmas que, nos meses de julho e agosto (primeira quinzena) de 1851 fizeram importações: Guilherme Biegeban, G. Ziegeben, H. Hungentoble, Jorge Metsler, Krannischfeldt, Lind Cia, Thomaz Messiter. Estas sete casas correspondem a 24% das firmas que importaram no período citado (79).

Panorama bem mais completo da atividade alemã é o que se obtém consultando o Koseritz Deutscher Wolskskalender für die Provinz Rio Grande do Sul auf das Jahr 1874 (80). Rio Grande não era, então o detentor do maior núcleo germânico em área originariamente portuguesa. Porto Alegre e Pelotas contavam com número superior de casas alemãs. A tabela seguinte organizada com dados da fonte citada mostra a variedade e a importância da colônia no Rio Grande da época.

(79) Os nomes das firmas foram tirados das segundas vias das guias de despacho referentes ao ano de 1851. Estas e as de 1870, também utilizadas no trabalho pertenciam ao arquivo da Alfândega do Rio Grande. Quando da destruição da mesma elas e outros documentos foram salvos graças a dedicação dos professores Wander Valente e Eurípedes Vieira e recolhidas a Biblioteca Rio-Grandense. Para o ano de 1851 foram levantadas apenas as correspondentes ao mês de julho e primeira metade de agosto e para o de 1870 somente o mês de julho.

(80) Koseritz Deutscher Wolskskalender für die Provinz Rio Grande do Sul auf das Jahr 1874 p. e idem 1875, p. 67.

TABELA 3

Atividades de alemães residentes em Rio Grande - 1874	
Atividade	Nº de estabelecimentos
Açougueiro	1
Alfaiate	2
Carpinteiro	4
Chapeleiro	1
Cesteiro	1
Comerciante de Importação e Exportação	18
Corretor	3
Curtidor	1
Escultor	1
Engenheiro	1
Estalajadeiro	5
Fabricante de cerveja	3
Fabricante de cigarros	1
Farmacêutico	1
Ferreiro e Serralheiro	1
Fornecedor de navios	1
Funileiro	1
Médico	1
Padeiro	1
Parteira	1
Pedreiro	1
Pintor	3
Relojeiro	1
Sapateiro	5
Seleiro e Corrieiro	2
Tapeceiro	1
Vidraceiro	1
TOTAL	63

Dentro da variedade dos componentes da tabela 3 ressalta a importância do comércio de exportação e importação. Consultando, porém, as segundas vias das guias de despacho referentes a 1870 foi possível identificar além das citadas no Koseritz Deutscher Volkskalender outras firmas. Com ambas as fontes foi organizada a tabela 4.

TABELA 4

Firmas importadoras e exportadoras pertencentes a alemães - 1870

Firma	Firma
Amermann	Kunh Duval
Berg	Loos Lind
Brenke Cia.	Luchsinger
Bulau Resteiro	Meyer Herm Cia.
Claussen Sohn	Muller J. C. W.
Domingos Bouger	Rader, Júlio Alexandre
Ewald Hermann Cia.	Ranniger Tiesch
Fraeb Cia.	Schulberg & Gadat
Garcia Krischke	Schutel Riedel
Goch Cia.	Theula Cia.
Holssweissig. Greyer Cia	Thomsen Cia.
Huck Cia.	Wernecke Cia.
Kettenburg Cia.	Wohley Cia.
Köler Cia	Wöler Cia.

Produtos derivados da atividade pastoril constituíam o grosso das exportações. As importações eram bastante variadas, destacavam-se principalmente secos e molhados, fazendas, ferragens, cimento, sal, etc. entre as firmas que se dedicavam ao comércio atacadista. A especialização destas casas as localizavam na área central da cidade de que se avizinhava ao ancoradouro. Entre as firmas que prolongaram sua existência pelo século atual se distinguirá Fraeb Cia., Thomsen Cia e C. Albrecht Cia. A primeira, citada anteriormente, apesar de diversas modificações em sua razão social, durante cerca de 100 anos dedicou-se à exportação de produtos da terra, à importação variada, além de atender no ramo de seguros e representar bancos alemães. Foi, em certa época, a maior casa atacadista do Rio Grande do Sul. Manteve filiais em Porto Alegre e Santa Maria. Thomsen Cia. com negócios semelhantes mas com papel revelante na distribuição de sal às charqueadas, apresentou originalidade no quadro comercial rio-grandino. Fundada em 1845, por alemães, três lustros depois transferiu a sua sede de Rio Grande para Nova Iorque. C. Albrecht Cia. era direcionada na importação de tecidos europeus e americanos. Surgiu no fim do século passado (1896) como sucessora de H. Kettenburg firma existente na cidade desde 1859 (81).

No campo fabril, Rio Grande até 1870 contava apenas com estabelecimentos artesanais. Sua importância era principalmente comercial. Coube a iniciativa de origem alemã alterar a base econômica citadina pela criação de indústrias que podem ser classificadas como modernas. Em 1873, sediava a primeira fábrica brasileira de fiação e tecelagem de lã. Foram Guilherme Rheingantz, brasileiro de ascendência e formação alemã e Herman Vater, alemão, os criadores do que posteriormente se denominou Cia. União Fabril. O empreendimento ampliou-se para incluir uma tecelagem de algodão, englobar uma fábrica de chapéus. Ainda através da criação de estabelecimento agro-pastoril de duração efêmera a empresa tentou melhorar a qualidade da lã rio-grandense. Sem maiores resultados tentou disseminar a cultura de algodão no Rio Grande do Sul. Tão notável quanto o pioneirismo industrial foi a assistência social dispensada aos seus funcionários. Casas para trabalhadores, escola, biblioteca, assistência médica, cooperativa de consumo, banda de música e esporte eram propiciados ou estimulados e apoiados pela direção da fábrica. Em 1887, trabalhavam na fiação e tecelagem de lã 300 operários, 180 brasileiros, 45 portugueses, 30 italianos, 18 alemães, 8 norte-americanos e 8 de diversas procedências (82). A indústria de algodão ocupava 100 operários assim distribuídos: 60 brasileiros, 15 portugueses, 10 italianos, 6 alemães, 5 espanhóis e 4 de outras procedências. Em 1910, o número de empregados de ambas as manufaturas atingiu a 1.200 trabalhadores (83). Ao findar a segunda década do século atual os 1.024 operários da Companhia assim se distribuíam por sexo e idade: homens, 370 adultos e 71 menores, mulheres, 440 adultas e 139 menores (84).

(81) Impressões do Brasil no Século XX, 1913, p. 857/859.

(82) Livro de registro de ofícios dirigidos pela Câmara Municipal à Presidência da Província do Rio Grande do Sul. Iniciado em abril de 1886, p. 65. verso à 68

(83) Op. Cit. nota 80

(84) Op. Cit. nota 77

Iniciativa pessoal, capitais familiares e as relações do Rio Grande diante da área produtora de matéria-prima aliadas a sua função recebedora e distribuidora são as causas elucidativas da escolha da sede do empreendimento.

De menor vulto mas, também, importante no crescimento rio-grandino foi a Fábrica de Charutos Pooch. Criada em 1893 por Gustavo Pooch, hamburguês, cuja família, na Europa, estava ligada à atividade de fumageira. A fábrica contou com capital rio-grandino. A falta de mão-de-obra especializada local obrigou, inicialmente, a buscá-la fora. Alemães e cubanos foram os primeiros charuteiros. A Fábrica chegou a contar com 300 operários. Ocupava mão-de-obra feminina e menores. A sua instalação longe das fontes de matéria-prima (o fumo gaúcho não é apropriado à manufatura de charutos) nacional e estrangeira e em área carente de mão-de-obra adequada explica-se pela facilidade em receber o tabaco apropriado da Bahia, Java e Cuba e de encaminhar às áreas consumidoras do país e do estrangeiro o produto manufaturado.

Uma chaminé, ainda hoje, enfeita a paisagem urbana lembrando onde, no passado, funcionou a fábrica de cerveja Klinger. Esta cervejaria foi absorvida pela firma Schmith-Anselmi.

Em ramo que os alemães têm grande tradição, o gráfico, é de salientar a criação, em 1887, por R. Straus, da Livraria Rio-Grandense. Esta firma teve rápido crescimento e chegou a possuir uma das maiores e mais modernas litografia e tipografia do Estado. Desapareceu no início da década de 40.

O artesanato cuja importância pode ser observada na tabela 3 através dos que se dedicavam à funilaria, chapelaria, etc. perdurou por bastante tempo mas sua importância era reduzida ao rebentar a segunda guerra mundial.

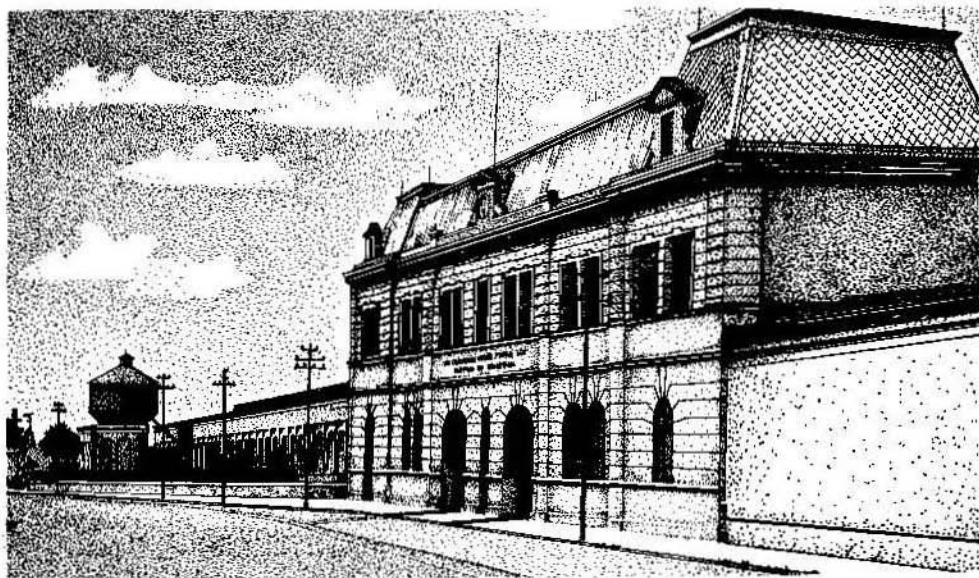
Independentemente da importância intrínseca, as grandes fábricas referidas tiveram papel saliente na vida urbana. Elas explicam a expansão da cidade em direção à chamada "Cidade Nova". A fábrica de tecidos modelou inclusive a rua Rheingantz que reproduz exemplo de influência germânica na arquitetura citadina (fig. 1). Ainda a necessidade de mão-de-obra apropriada as levou a buscar gente de variada procedência que acabou se fundindo na população local.

No campo social foi igualmente frutuosa a contribuição alemã. Construíram os germânicos a popular "Igreja do Galo" para o exercício da confissão luterana. Participaram da criação do cemitério protestante. No terreno educacional sustentaram dois colégios: o "Deutsche Verein Schule" e o "Allgemeine Deutsche Schule". Para recreação surgiram a Sociedade Concórdia que congregava marítimos, o Tiro Alemão dos trabalhadores da fábrica União Fabril, o Clube Germania congregador dos elementos mais representativos da colônia e ainda a sociedade de Canto Harmonia. No setor assistencial criaram a Deutsche Handwerke Verein (85).

Não se limitaram os alemães a criar apenas entidades como as citadas. Colaboraram na fundação do primeiro clube de futebol do Brasil, no início do século atual. O Esporte Clube Rio Grande teve entre os seus 19 fundadores, 12 nomes alemães ou dessa origem. A Associação dos Empregados do Comércio escolheu um nome dessa procedência para seu primeiro presidente.

Também são encontrados no mais importante órgão de classe da cidade. A Câmara do Comércio, cujo papel na vida rio-grandina é inavaliável, teve entre os seus fundadores inúmeros comerciantes alemães. Em 1884, correspondiam a 10% dos sócios (86), quinze anos depois a sua proporção era de 20% para os sócios efetivos e licenciados e 33% para os honorários (87). Nos primeiros 100 anos da vida da Câmara mais de uma dezena de seus presidentes foram alemães ou seus descendentes.

Atualmente, quase nada mais resta dos estabelecimentos e sociedades dessa origem. Entre as casas aparecidas no século passado não se extinguíram afirma Bromberg que não tem vinculação com a família que a criou e a Casa Moll que permanece dirigida por um descendente de seu fundador. O prédio da União Fabril é ocupado por outra tecelagem. Das entidades sócio-culturais permaneceram o clube "Germânia" hoje nacionalizado sob a denominação de "Cruzeiro do Sul" e a igreja luterana (88).



(Desenho: Ronaldo Lindau Dienstmann)

Fig. 1

(85) Grande parte dos elementos citados foram colhidos junto ao Sr. Alberto Wilwoock.

(86) Relatório da Associação Commercial da cidade do Rio Grande, Julho de 1883 a Julho de 1884, p. 9/10

(87) Op. Cit. nota 13, anexo nº 1.

(88) Fechada durante a 2ª Guerra esta igreja que serviu de delegacia de Polícia, foi reaberta, vários anos após o conflito, devido aos esforços do Sr. Alberto Wilwoock.

A colônia italiana no Rio Grande assumiu importância nos últimos decênios do século findo. Anteriormente, sua presença pode ser documentada pelos registros de naturalização (89) onde 4 marítimos, dois comerciantes, um leiloeiro e um religioso são testemunhos de uma cooperação italiana muito maior; a naturalização abrangia então um número reduzido de cada conjunto alienígena.

A contribuição peninsular foi, em todos os setores, extremamente valiosa mas sua opulência se fez sentir, em particular, na indústria e no comércio atacadista. A indústria de caráter não artesanal apresentou duas faces, a primeira compreendendo uma aplicação de capitais italianos e fixando dirigentes e operários da mesma origem na cidade e a outra ligada a iniciativas individuais ou coletivas cujos capitais provieram de poupança obtida principalmente através de comércio exercido no Rio Grande.

Com capital italiano originado da Península instalou-se uma fiação e tecelagem de algodão. O empreendimento foi saudado na época com grande entusiasmo como registra a ata do Conselho Municipal referente à sessão em que examinou a solicitação de G. Hensemborg sobre o aforamento de duas quadras na praça Tamandaré para instalar uma fábrica de tecidos (90). Deveria a fábrica ter 800 teares, propiciar mais de mil empregos segundo o vereador que defendeu a pretensão. Não deixou de ser salientado tanto o interesse de Porto Alegre como o de Pelotas em sediar a indústria além de ser "uma companhia com capitais puramente estrangeiros que traz um aumento considerável de progresso que redundará em vantagens para o município em geral..." A iniciativa de Hensemborg, que se apoiava na baixa tarifa de importação do fio de algodão, não aproveitou a concessão da Câmara. Adquiriu, à rua Senador Correia, terrenos e conseguiu a concordância da autoridade para interromper a rua General Netto em sua porção final. Após dois anos, a fábrica passou ao controle do grupo genovês Santo Bocchi Cia (1896). A "Fábrica Nova" como era popularmente conhecida a "Cia. de Tecelagem Ítalo Brasileira" iniciou-se com um capital de um milhão de liras. Dez anos depois inaugurou a fiação e passou a denominar-se "Fiação e Tecelagem Rio Grande". Não criou o número de empregos a que se propôs mas esta fábrica aumentou o campo de trabalho além de melhorar a qualidade da mão-de-obra citadina pela contratação de tecelões europeus. Em fins de 1919, trabalhou com 150 homens e 450 mulheres (91).

Pela amplitude e variação de bem sucedidas iniciativas destacou-se a atividade do imigrante Luiz Loréa. Capital aurido em atividade varejista constituiu o embrião de comércio atacadista. Este, por sua vez, trouxe a sua contribuição à indústria. Em cerca de meio século foram criadas inúmeras firmas que, mais tarde, com duas exceções, formaram a empresa Luiz Loréa S. A. Comércio e Indústria com ramificações em Pelotas e São José do Norte. Multipli-

(89) COPSTEIN, R. - Naturalizações no Município de Rio Grande 1834/1889 Caderno de Sábado, Correio do Povo, 2/12/1972, p. 12.

(90) Op. Cit. nota 70, pp. 145/146.

(91) Op. Cit. nota 77.

cidade de indústrias, variedade de comércio e diversidade de origem dos sócios caracterizaram o conjunto. Data da primeira guerra o atacado de produtos da terra, núcleo dos primeiros grandes negócios. Compreendeu a exportação de cereais, cebolas e derivados da indústria pastoril. Ainda no setor comercial negociou com tecidos. A indústria abrangeu construção civil, beneficiamento de arroz (Pelotas) transformação de pescado, panificação, fertilizantes, óleo de linhaça, cordas, sacaria e estaleiro de reparações navais. Também houve atuação em transportes seja pela representação de terceiros, seja explorando por conta própria a navegação lacustre. Das firmas constituídas antes da criação da sociedade anônima, três possuíram na razão social junto ao de L. Lorêa, nomes italianos, um alemão e dois portugueses (92).

Por razões que não cabem aqui ser examinadas, a quase totalidade das fábricas componentes da Sociedade Anônima extinguíram-se na década de 50.

Em menor escala, mas também diversificando suas atividades pela indústria e comércio, a cidade conheceu o trabalho de Raffaele Anselmi Cia. De começo modesto, desenvolveu, no comércio, grande casa de importação e exportação de secos e molhados e exportação de produtos pastoris. Na indústria criou um engenho de arroz, fundou uma cervejaria, um frigorífico e fábrica de gelo. Além disso, representou companhias de navegação.

Pedone Irmão surgiu posteriormente à Primeira Guerra (1920). Sua atividade comercial compreendeu a exportação de frutos da terra e a importação de secos e molhados. Na indústria dedicou-se à transformação de peixe. Esta atividade levou a firma a estabelecer filial em Santa Catarina. Desapareceu em princípios da década de 40.

Na indústria de salsicharia e conservas de frutas distinguiu-se a fábrica de F. Gallo. Na construção, a cidade conheceu a firma Cosmo Marachiulo e, em móveis duas fábricas pertencentes aos irmãos Canuso.

Quanto ao alto comércio, cabe referência a Ângelo Cadermatori, Calgagno Cia, Raffaele Marsiglia e Abel Asti, firmas atacadistas de secos e molhados.

Pouco numerosos na pequena indústria, os italianos avultaram no comércio varejista. Jóias, fazendas, vestuário, secos e molhados, móveis, ferragem foram por eles explorados. Igualmente os serviços se beneficiaram com sua colaboração. Durante muito tempo os dois principais hotéis estiveram sob seu controle, o mesmo aconte

(92) Firms que pertenceram a Luiz Lorêa: Lorêa & Povoleri (Pelotas), Anella & Lorêa, Lorêa, Klinger & Cia. Ltda., Lorêa Miranda Fernandes, Lorêa, Aita Cia, Lorêa, Moreira Cia. Ltda., Sociedade Industrial Ltda., Fábrica de Adubos "Helida", Fábrica de Óleos Vegetais Luiz Lorêa Ltda. Plano Inclinado Rio Grandense, Frigorífico Anselmi S. A. (Estes dados foram obtidos a través do Dr. Francisco Bianchini).

cendo com os cinemas. Alfaiates, sapateiros, fotógrafos, médicos e artistas de origem italiana são numerosos na vida urbana rio-grandina.

Pela diversidade, sucintamente descrita, pode-se inferir a importância numérica da colônia italiana na cidade. Esta importância refletiu-se ainda na criação de sociedades beneficentes, recreativas ou culturais como a "Mutua Cooperazione" a "Pietro Mascagi", recriativa, a "Sociedade Italiana Patria e Lavoro", o "Círculo Cultural Italiano" a "Fanfarra Garibaldina" e a banda "Giacomo de Rossi", a popular "banda italiana" que tantas solenidades do passado rio-grandino abrilhantou.

Das grandes iniciativas industriais, comerciais ou associativas pouco restou na segunda metade deste século, (João Canuso e Casa Germão são firmas que permanecem na família dos seus criadores), mas sem dúvida, o conjunto do trabalho italiano ajudou muito a plasmar a cidade atual.

OS INGLESES

Contrastando com outros grupos, rurais por excelência, os ingleses, no Rio Grande do Sul, foram imigrantes eminentemente urbanos. Sem serem numerosos, no ambiente gaúcho, seu desempenho, como já se registrou, se fez sentir bastante cedo. Atividades mercantis a que posteriormente se ligaram, as de transporte e comunicações, explicam tanto a sua presença como a localização. A Cidade Marítima, no Rio Grande do passado, foi quem mais os abrigou (93).

No comércio grossista, firmas inglesas ou anglo-brasileiras tiveram situação destacada em Rio Grande até os primeiros trinta anos deste século. Em documentação já citada, referente a 1851, (94) constatou-se serem dessa procedência 10% das firmas, (tabela 5). To das negociavam, no exterior, derivados da produção pastoril da Província e com esta panos e linhas (95).

TABELA 5

Firmas atacadistas - 1851

Firmas	Firmas
Carrunthers Souza C ^o	M. F. Wigg
Horland Davies C ^o	Proudfoot Ure Moffat
Hughes Irmãos	Thomaz Messiter
Law Irmãos	Wigg Gachen C ^o

(93) MACEDO, F. Riopardense - Inglese no Rio Grande do Sul. 1975, p. 33.

(94) Vide nota 78, para as fontes.

(95) Foi o que se verificou no levantamento feito nas guias de despacho.

O exame das guias referentes a 1870 (96), permitiu reconhecer 12 firmas importadoras (tabela 6).

TABELA 6
Firmas importadoras - 1870

Firmas	Firmas
Atkins C ^o	John Proudfoot C ^o
Berg C ^o	Sinclair
Bradley	Sinclair Robinson
Hallawell C ^o	J. C. Wigg
James C ^o	W. T. Wigg & Irving
Guidort Preller	Thomaz Whitney

Qualitativamente, em 1870, segundo os documentos, a importação se mostrou mais diversificada do que em 1851. Continuaram a aparecer os diversos tipos de tecidos, chapéus e lenços mas a eles se juntaram: bebidas espirituosas engarrafadas e em bordalezas, em butidos, conservas de legumes, de frutas, de peixe, doces enlatados, manteiga, camisas, cobertores, luvas de couro, tapetes, artigos de montaria, cutelaria, ferramentas, arames, pregos, folha de flandres, fogareiros de ferro, bandejas de ferro, alvaiade de chumbo, vidros vasilhas, substâncias farmacêuticas diversas, etc. Todas as firmas arroladas receberam mercadorias da Inglaterra. Duas delas, segundo as guias, negociaram com Montevideu e Havre.

O número de firmas deve ter sido bem maior do que o citado. Mulhall (97) que passou em Rio Grande naquela época disse que um terço do comércio da Província provinha da Inglaterra e acrescentou que o porto de Rio Grande representava 2/3 do total (98).

Somente duas firmas se repetem nas tabelas 5 e 6 mas, isso não leva a inferir o desaparecimento de todas as outras no período. A travê de Mulhall (99) sabe-se que em 1876 falecera T. Messiter; de outra fonte (100) Hughes Irmão continuou em Lawson Irmão. Entre os sócios da Câmara do Comércio, 20 anos depois, (1889), registram-se Berg, Lawson, London & Brazilian Bank, Hallawell, Ashlin, Mackensie, Sinclair Robinson.

Das firmas citadas dar-se-á destaque àquelas de que se obteve elementos. J. Proudfoot C^o aparece registrado na tabela referente a 1851. Dedicou-se ao comércio e ao transporte. Foi, segundo Mulhall,

(96) Vide nota 94.

(97) MULHALL, Michael G. - O Rio Grande do Sul e suas colônias alemãs. 1974. p. 42.

(98) Idem, idem, p. 43.

(99) Idem, idem, p. 51.

(100) O Estado do Rio Grande do Sul. 1916, p. 330

a maior firma inglesa de sua época. A ela credita-se a introdução do barco a vapor entre o litoral e Porto Alegre. A atividade do fundador John Proudfoot na vida provincial é estudada por Riopardense de Macedo (101). Ainda em 1884 a firma consta como pagando impostos municipais.

Hughes Irmãos e W. F. Wigg surgem no mesmo ano, 1842. A primeira teve continuidade por mais de três quartos de século. Trocou sua razão social primeiro para Lawson Huxham e, posteriormente para Lawson Irmão. Exportadora de frutos da terra, dedicou-se também à importação, representação de companhias de navegação, seguros, bancos e cimento. Foram agentes da Royal Mail Steam Packet Cª. Os seguros da Alliance Insurance Cª Lt. eram feitos por seu intermédio o mesmo se verificando com os negócios dos estabelecimentos de crédito: London & River Plate Banck Lt. e The British Banck of South America Lt. Os sócios da firma fizeram parte da diretoria dos indústrias Pooch e Rheingantz. Desapareceu esta casa no início da terceira década do século atual em consequência de prejuízos decorrentes da Primeira Guerra Mundial.

Wigg Cia ultrapassou o centenário em atividade. Além do comércio atacadista representou companhias de navegação, seguros, acessórios para automóveis. Manteve um dos primeiros varejos de eletrodomésticos da cidade. Alguns anos antes de transferir suas atividades, incorporou, na vila da Quinta, uma indústria de conservas.

Sinclair Robinson juntamente com a importação de ferragens, carvão, mantinha agência de seguros e de navegação. Possuía um armazém de cabos e varejo de ferragem. A firma desapareceu em 1930.

Hallawell Cª era responsável pela Drogaria Inglesa. Além de sua importância como casa comercial foi, segundo registra Mulhall, ponto de reunião preferido pelos estrangeiros (102).

Nos livros de registro de impostos municipais correspondentes aos anos de 1885, 1895, 1905, 1925, 1930, 1953, reconheceu-se ainda três firmas atacadistas com agências de vapores e seguros: H.R. Mark, Ashlyn Cia e Wilson Sons; três agências de navegação: Amaral Shutherland, Cranston Woodhead e T. J. Stevenson; identificou-se também uma casa de pasto de F. Roberts, um fotógrafo, João King, um dentista, T. C. Dillon, dois guarda-livros, G. Batt e F. W. Cartwright e, finalmente, um fornecedor de navios, D. Lawson.

O setor bancário manteve as agências já citadas até 1928 e mais o London Brazilian Banck que encerrou suas atividades em Rio Grande em 1935.

Nos transportes a contribuição britânica se fez sentir seja na Southern Brazilian Rio Grande do Sul Railway Cª, seja fornecendo homens experimentados em lides marítimas que se tornaram comandantes e maquinistas de navios nacionais. Vários sediaram suas famílias em Rio Grande. Mulhall também registra o trabalho inglês na hidráulica e na instalação do gasômetro (103).

(101) Op. Cit. nota 93, p. 61.

(102) Op. Cit. nota 97, p. 102.

(103) Idem, idem, p. 45.

A Western Telegraph C^o Lt. conhecida popularmente como "cabo submarino" durante 99 anos (1874/1973) foi uma companhia de serviços modelares. Sua importância talvez não tenha sido devidamente destacada. Pôs em comunicação rápida e eficiente o Rio Grande comercial com o mundo.

Mulhall (104) refere-se a um clube inglês com muitos salões envidraçados que pela descrição situava-se na atual rua Marechal Floriano. Sem elementos para saber a época de sua fundação e a sua duração registra-se, contudo, que em 1922, foi criada uma sociedade batizada como "Albion Club". Extinguiu-se em meados da década de 50.

A contribuição clubística mais importante dos britânicos se fez juntamente com os alemães e sua repercussão extravasou do âmbito local para todo o país. Fundaram o primeiro clube de futebol brasileiro, o Esporte Clube Rio Grande que, inicialmente, adotou, como suas, as cores da "Union Jack".

POLONESES

Este grupo sem ter marcado de forma típica a paisagem urbana apresentou a peculiaridade de se instalar, principalmente, na "Cidade Nova". Segundo Edmundo Gardolinski (105) os primeiros grupos a virem diretamente para o Rio Grande do Sul teriam chegado em 1890, data que também marcaria o início do estabelecimento expressivo de poloneses na "Cidade Marítima".

Enquanto as áreas rurais do Estado absorveram os agricultores que as procuraram, a Rio Grande coube radicar, principalmente, artesãos. As grandes oficinas da Viação Férrea e do porto, a usina e elétrica, as fiações e tecelagens foram seus principais ocupantes. Igualmente, o comércio alimentar de pequeno porte os absorveu. O campo de ensino e da religião gozou a sua colaboração através de i números sacerdotes que dedicaram a sua existência ao Liceu Salesiano "Leão XIII". O Colégio "Lemos Junior" contou com a colaboração de dois mestres dessa nacionalidade, em seu corpo docente, sendo que um deles por mais de 30 anos (106).

Muito cedo a colônia polonesa criou uma sociedade, a "Águia Branca". Fundada em 1896, tem finalidades beneficente e recreativa; no passado sustentou uma escola. O censo de 1940, registrou 242 poloneses natos e 53 anaturalizados. Trinta anos depois os poloneses natos somavam apenas a 57.

(104) Op. Cit. nota 97, p. 102

(105) GARDOLINSKI, Edmundo, Imigração e Colonização Polonesa no Rio Grande do Sul. p. 26.

(106) O prof. Ludwig Czerny, antigo oficial do exército austríaco, poliglota e músico, foi professor de Ginástica, História e Latim.

Formam dentro do quadro migratório rio-grandino um conjunto "sui-generis". Não apresentam um liame de nacionalidade, enlaçam-se pela religião e por serem portadores de uma língua comum além daquela que diferencia suas áreas de origem, o "iidiche".

É difícil precisar quando chegaram os primeiros judeus à Cida de Marítima. Entre as guias de despacho referentes a 1870 constam alguns nomes que parecem ser desta ascendência - Naira Levi Irmão é uma firma que importou livros, bolsas, artigos de escritório etc. Lorence & Daniel, comestíveis, H. Meyer trouxe bebidas e harmônicas. Em livros de registro de impostos municipais estão inscritas quatro firmas de jóias e uma alfaiatara provavelmente israelitas - Sofia Meyer (1884), Jacques Meyer (1895/1905), Lambert Levi ... (1884/1895), Vitor Michel (1895) e Vitor Rabin (1884) (107).

O primeiro registro que se encontrou especificando esse grupo foi no recenseamento municipal de 30 de abril de 1888 onde constam três indivíduos que assim se declararam. (108).

Os raros israelitas do Rio Grande, no século passado, ou retiraram-se ou se miscigenaram na população local. Dos últimos sabe-se pelo menos de dois exemplos. Dos outros não ficou qualquer notícia no agrupamento que se constitui a partir, presumivelmente, de 1910. Este distingue-se do anterior pelo caráter de permanência apesar da constante alteração de seus componentes.

A colônia constituiu tanto de elementos que inicialmente se fixaram em área rural do município de Santa Maria como de componentes que procuraram diretamente o Rio Grande. Os primeiros chegaram, principalmente, antes da Primeira Guerra Mundial enquanto que os outros aí se estabeleceram a partir do terceiro decênio do século. Ambas as correntes resultaram da situação de inferioridade em que os judeus eram postos pelos governos da Europa Oriental.

Entre as várias soluções alvitradas à minoração da sorte dos judeus nascidos em terras czaristas uma é devida ao milionário francês de crença mosáica, Barão Hirsch. Constituiu ele uma companhia, a "Jewish Colonization", destinada a transferir crentes do mosaísmo daquelas paragens para a Argentina e para o sul do Brasil. Pretendia, ainda, transformá-los de pequenos comerciantes e artesões em pequenos agricultores. Filipson, primeiro estabelecimento agrícola criado pela Cia. no Rio Grande do Sul em 1905, cedo viu retirarem-se inúmeros elementos que buscaram acolhida nas áreas urbanas de origem portuguesa. Entre os que não estagiaram na agricultura distinguem-se os que procederam diretamente da Europa e os que vieram via Argentina.

A colônia israelita no Rio Grande não foi numerosa, o censo de 1950 assinalou 123 pessoas, o de 1940 apontando 6 homens e 83 mulheres evidentemente cometeu um engano.

(107) Cada um dos anos citados entre parêntesis corresponde a data do livro de pagamento de impostos.

(108) Op. Cit. nota 76.

A alta mobilidade de seus membros foi uma das características dos israelitas rio-grandinos. São poucas as famílias que podem registrar presença contínua nos últimos 60 anos. As transferências se fizeram para Pelotas, Bagé, Porto Alegre e até para Santa Maria que funcionou inicialmente como núcleo de dispersão. Ao mesmo tempo, porém, estas cidades serviram como escala intermediária para alcançar Rio Grande. A capital, contudo, foi a grande absorvedora dos judeus, tanto rio-grandinos como de outras cidades gaúchas. No entanto é de registrar que não foram raros os regressos a Rio Grande havendo até casos de duplo afastamento e retorno.

A maior parte desses israelitas eram bessarábios mas, também entre eles se encontravam provenientes da Polônia e Lituânia. Da Alemanha nazista foram raros os que procuraram Rio Grande.

O pequeno comércio foi a atividade dominante. A proporção dos que iniciaram como mascates e depois se estabeleceram com casa comercial, foi elevada. Pequenas lojas de artigos para homens, de faixas, de calçados, de secos e molhados foram ramos mais comuns. Alguns tiveram destaque no comércio de eletrodomésticos, móveis, veículos e também em empreendimentos imobiliários.

Fabricação de móveis e roupas feitas em escala artesanal, com intuito de atender a clientela das respectivas lojas marcaram o setor secundário. E também se distinguiu pela criação de uma fábrica de papel transferida para Canela e pela fundação de um frigorífico e fábrica de gelo, o Frigorífico Klein, especializado na exportação de ovos.

Data de 1923 a organização de uma sociedade destinada a desempenhar, concomitantemente, atividades religiosas, recreativa e de socorros mútuos. Por algum tempo, junto a ela funcionou uma escola confessionnal. A partir de 1935 até a entrada do Brasil na segunda Guerra, a Sociedade "União Israelita" funcionou no prédio sede da sociedade italiana "Mutua Cooperazione". Posteriormente, com o fechamento desta durante a guerra, seus pertences foram recolhidos, à casa de um dos membros da comunidade, mas as grandes comemorações religiosas passaram a ser realizadas nas instalações do "Centro Português". É de se registrar que a cessão se fazia de forma graciosa. A falta de cemitério próprio foi engenhosamente resolvida em meados da década de 1950. Quando da ampliação do cemitério católico, o grupo judeu adquiriu um terreno na área de expansão do mesmo.

OS ESPANHÓIS

Constituíram os espanhóis uma colônia numericamente expressiva, entretanto, não se conseguiu elementos que permitam bosquejar uma visão global da mesma. O comércio varejista foi sua principal atividade. Neste ramo, o maior estabelecimento de secos e molhados da cidade nos inícios dos anos 30 foi criação de um cidadão espanhol. Fundado em 1868, o "Armazém Popular" permaneceu por 70 anos na mesma família quando se extinguiu.

No campo industrial, encontrou-se no passado dois empreendimentos ligados ao fabrico de calçados. O primeiro deles data de 1889 e foi denominado "Fábricas Vitória". Ocupava-se também da manufatura de tabaco. Resultou de uma sociedade entre um antigo pedreiro, José Beneri e um comerciante de secos e molhados, Manoel Garcia Farinha.

Llopart Cia. iniciou-se com fabrico de alpargatas e, posteriormente, também passou a fazer calçados. Em 1919, ocupava 120 operários sendo 65 do sexo masculino. Parte da mão-de-obra era cons tituída de menores. Nessa época, fabricava 125 pares de calçados e 40 dúzias de alpargatas. Destruída por um incêndio, esta firma desapareceu no final da década de 30.

Mais recente e em plena atividade é a indústria de pescado e conservas criada pela família Balester.

No campo assistencial os espanhóis destacaram-se pela fundação de um asilo devido ao despreendimento de Rafael Carril. Mantiveram uma sociedade, o "Centro Español de Socorros Mutuos" fundada em 1894 e que 30 anos após congregava 57 sócios. Quando de sua extinção, o patrimônio foi doado à "Beneficência Portuguesa".

OS PORTUGUESES

A mais numerosa e importante das colônias estrangeiras e a que maior influência exerceu sobre a cidade do Rio Grande foi, fora de qualquer dúvida, a portuguesa. Em todos os campos de atividade o trabalho português se fez sentir tanto no tempo como no espaço. No setor primário, além da agricultura já citada, a pesca teve nele um dos seus esteios. No comércio foi particularmente o setor de secos e molhados que constituiu a área de preferência lusitana. Os estabelecimentos varejistas, até o advento dos supermercados, além de numerosos eram facilmente reconhecíveis pelos nomes com que se os batizavam. Lembravam a terra de origem ou ostentavam denominações pitorescas tão ao gosto luso. De forma semelhante, se pode falar dos seus restaurantes, cafês populares e padarias. Sua presença foi uma constante no mercado público, seja nas bancas de verdura ou nos "quartos".

O atacado, no período áureo de "Rio Grande cidade-redistribuidora", contou com forte contingente português. Muitos desses estabelecimentos evoluíram de pequenos armazéns.

A citação de poucas firmas pertencentes a portugueses, quando o seu número foi considerável, prende-se ao fato de que nem sempre as fontes disponíveis indicavam a nacionalidade dos proprietários.

Entre as de maior destaque tanto pela importância como pela presença no comércio atacadista avulta a firma Cunha Amaral Cia. desaparecida pouco antes de completar um século. Fundada em 1876, sob razão social de Cunha Freitas Cia. (109), foi casa importadora, muitas vezes em caráter de exclusividade para o país, de produtos comestíveis principalmente procedentes da Europa. Distribuiu seu variado estoque não só para o território estadual como também para outras unidades do país. Manteve ainda representação de companhia de navegação lagunar. Em meados da década de 30 mudou-se da rua Riachuelo para a Gen. Osório. Ao seu fundador deve-se a criação da moderna indústria moageira do Estado e a outro de seus integrantes uma fábrica de conservas no Rio Grande.

(109) Op. Cit. nota 100, p. 362.

José da Silva Fresteiro Cia., firma criada em 1880 (110) negociava por atacado produtos agro-pastoris que exportava, secos e molhados e arames que importava. Estas mercadorias de proveniência estrangeira ou nacional eram revendidas no Estado. Manteve-se aproximadamente meio século.

Campos Assumpção surgiu em 1889 (111). Dedicava-se a importação de secos e molhados mas seu principal negócio era o atacado de madeiras e material de construção. Utilizava nos seus empreendimentos três palhabetes de sua propriedade.

Correa Leite Cia. (112), a mais nova das citadas, foi criada em 1895. Negociava, em grosso, com secos e molhados, querosene, arames, ferragens, tintas e miudezas que buscava fora do Estado. Exportava, principalmente, carne seca. Seus sócios eram diretores de Companhia de Navegação. Mantinham agência de seguros, suas atividades estendiam-se a Pelotas e à Capital onde mantinham sucursais.

Santos Melo, Antônio Rodrigues Maia, Lourenço da Silva Irmão, Luiz Henrique de Souza, foram grossistas de secos e molhados de época mais recente.

Em fazendas e calçados a influência portuguesa foi menor mas teve, também, reflexos no varejo.

Os grandes estabelecimentos comerciais criados por portugueses, a semelhança do que aconteceu com os de outras procedências, desapareceram no correr deste século, mas o esforço lusitano perdurou no setor industrial. Certamente nem todas as indústrias conseguiram manter-se. O prédio do "Moinho Rio Grandense", núcleo inicial da indústria moageira do mesmo nome, ainda existente no Estado, foi, durante muitos anos, uma tapera na paisagem rio-grandina.

Alicerçada na grande riqueza local, a indústria alimentícia de pescado, desenvolvida juntamente com a de conservas de frutas, foi criação portuguesa. A contribuição fez-se sentir tanto na captura como na transformação do pescado. Dessa conjugação surgiu o maior centro pesqueiro do país e o pioneirismo rio-grandino na indústria de produtos do mar.

Aos pescadores que se transferiram da Póvoa do Varzin (113) se deve a prática da captura que abasteceu, durante muito tempo, a indústria e o consumo citadinos de peixe. A exploração, sob a forma de pesca artesanal, em pares, a semelhança da existente na terra de origem, sobrevive até hoje. Segundo Boaventura Barcelos (114), a parceria é uma "espécie de sociedade de participação com posta de 20 e 30 homens dos quais um é o proprietário (chefe e tem parte nos lucros maior do que os demais)". As parcerias tem clien-

(110) Idem, idem, p. 367.

(111) Op. Cit. nota 80, p. 856.

(112) Idem, idem, pg. 853.

(113) A pesca no Brasil e seu maior interesse no Rio Grande do Sul. 1962, p. 1.

(114) BARCELOS, Boaventura - Informe Geral sobre a Pesca no Rio Grande do Sul. 1966, p. 21.

tes certos. Pescam para vender a determinadas indústrias que as pagam no fim da safra. Cada um dos componentes da parêlha recebe um determinado número de partes, previamente combinadas, do que resta após o pagamento das despesas de rancho, combustíveis, etc.

A importância dos portugueses no setor foi tal que o decreto baixado pelo presidente Epitácio Pessoa sobre a nacionalização da pesca (115) provocou, do órgão representativo das classes conservadoras do Rio Grande, manifestação que vem assinalada no resumo dos trabalhos referentes ao biênio 1919/1921 (116). "Esta Câmara de Comércio, atendendo especialmente aos interesses das indústrias de salga e conservas de peixes e camarão, ao ser caçada, em Janeiro do corrente anno, e em consequência da nacionalização da pesca as licenças dos pescadores portugueses que aqui hã longos annos exercem laboriosa e pacificamente a sua penosa indústria, dirigiu extenso e fundamentado telegramma ao Ministério da Marinha, pedindo fosse concedida permissão para continuarem em actividade aquelles pescadores que houvessem iniciado o respectivo processo de naturalização, o que foi deferido, ficando assim acautelados os interesses gerais attinentes a questão".

Até o advento da República, Rio Grande não contou com manufatura de transformação de pescado de vulto. A abundância de matéria-prima deve ter, muito cedo, despertado o interesse para o aproveitamento industrial. O peixe salgado ou seco aparece como artigo de exportação citado por Nicolau Dreys (117). Em uma relação de 35 produtos de exportação constantes no "Anuario da Provincia do Rio Grande do Sul", que segundo esta fonte são os mais importantes, o peixe seco occupou em 1878/1879, o 17º lugar em valor com vinte contos e quatrocentos e um mil novecentos e oitenta réis ou 0,1% da exportação do Estado (118). Se, atualmente, a indústria de pescado estadual é quase toda rio-grandina, não padece dúvida que aquelle peixe salgado ou seco era transformado na "Cidade-Marítima".

A moderna indústria de peixe encontra raízes em iniciativas portuguesa que deve, também, marcar um dos primeiros empreendimentos criados com capital estrangeiro na cidade. Foi um grupo lisboeta que inaugurou a indústria "Leal Santos Cia.", em 1889. Segundo Alfredo Ferreira Rodrigues (119) o estabelecimento surgiu como filial de indústrias sediadas em Cascaes e Lisboa que adquiriram o estabelecimento de Pedro Michel. Esta fábrica não se limitou a industrialização do peixe dando a Rio Grande um lugar destacado no setor, mas, também, criou a primeira fábrica brasileira de biscoitos digna deste nome, industrializou frutas, sustentou fábrica de pregos, estamperia e latoaria e, durante certo tempo, manteve produção de conservas de carne bovina e fiambres. Sua influência foi grande sobre o desenvolvimento do pescado rio-grandino.

(115) CARNEIRO, Fernando J. - Imigração e colonização no Brasil - 1950, p. 31

(116) Câmara de Commercio do Rio Grande, Resumo dos trabalhos no biênio social de 1919/1921. 1921, p. 12.

(117) DREYS, Nicolau - Op. Cit. nota 75, p. 75.

(118) Anuario da Provincia do Rio Grande do Sul, 1885, p. 234.

(119) Notícia Descritiva e Estatística, in Almanak do Rio Grande do Sul, 1897, p. 236.

A indústria Cunha Amaral dedicando-se a transformação de peixe e frutas, diferenciou-se da "Leal Santos" no que se refere à origem do capital, pois, este proveio do comércio atacadista.

Outras fábricas tiveram início bem mais modesto. Formaram-se junto a varejos de secos e molhados (Torquato Pontes Cia) ou foram criadas com recursos obtidos em pequenos negócios. Os tempos heróicos das fábricas do último grupo é um estudo por fazer.

As relações do pequeno industrial-comerciante com a mão-de-obra ou com os fornecedores da matéria-prima eram as vigentes na terra de origem. Há 30 anos, quando muitas destas indústrias movimentavam já um número apreciável de funcionários e a legislação trabalhista modificara os contratos costumeiros, suas instalações estavam bem longe do que exigia uma fábrica moderna. O desenvolvimento desses estabelecimentos nos últimos decênios é o melhor monumento da contribuição lusitana à cidade.

A indústria de construção foi outro campo palmilhado com sucesso tanto pela presença de numerosos mestres-de-obra como pela influência da arquitetura portuguesa no cenário rio-grandino. Os arruinados sobrados de azulejos da rua Riachuelo, os últimos casarões da Rua Marechal com marcos de gneis, as dezenas de casas de beiral de telha espalhadas pela "cidade velha" (figura 2) que uma legislação obsoleta para os dias atuais maltrata, lembram uma das mais portuguesas paisagens urbanas que a terra gaúcha dispõe e vê o "progresso" paulatinamente destruir.



(Desenho: Ronaldo Lindau Dienstmann)

Fig. 2

Como fundador de entidades religiosas, beneficentes, recreativas, culturais, o português foi pródigo. O sistema hospitalar da cidade foi sua criação. Na "Sociedade de Beneficência Portuguesa" a procedência dos fundadores faz parte da sua denominação. Surgiu em 1859, quando se destacou da congênere porto-alegrense. Datada do início do século, surgiu, em 1835, a Santa Casa de Misericórdia; graças ao despreendimento e ao esforço do cidadão português Rodri-

go Fernandes Duarte. No campo da cultura orgulham-se todos os rio-grandinos da biblioteca "Rio-Grandense" organizada por João Barbosa Coelho e o Colégio de maior tradição citadina, cuja criação decorreu de um legado do seu patrono o português Manoel de Lemos Junior.

Inúmeras foram as entidades recreativas da colônia lusitana, hoje permanecem o Grémio Lusitano e o Centro Português.

Os templos católicos e entidades pias tiveram contribuição valiosa e constante. A cidade possui, inclusive, uma igreja dedicada a N^a S^a de Fátima.

OS ALIENÍGENAS E A SUA INTEGRAÇÃO NA GENTE RIO-GRANDINA - As colônias estudadas tiveram, como se procurou mostrar, importância econômica na vida rio-grandina. Seria de interesse saber, tanto a sua proporção como a sua integração na vida da comunidade a que dedicaram o seu trabalho. Limitados pela escassez de elementos numéricos e da relativa validade que a deficiente coleta dos mesmos encerra, se procurará dar uma idéia genérica do fenómeno. Dois censos municipais e dados estatísticos referentes a casamentos de estrangeiros serão os alicerces do que se pretende.

Em abril de 1888 (120), um recenseamento municipal registrou uma população de 20.277 habitantes dos quais 14.345 residiam na cidade. Os estrangeiros perfaziam 21,70% desta última cifra e distribuíam-se por nacionalidades dentro da área urbana como se vê na tabela 7.

TABELA 7

Estrangeiros na cidade do Rio Grande - 1888

Nacionalidade	Cidade	Cidade Nova	Total
Portugueses	1.280	93	1.373
Italianos	251	61	312
Alemães	234	42	276
Franceses e Ingleses	172	19	191
Outros	853	108	961
TOTAL	2.790	323	3.113

Quase um quarto de século após, em 30 de junho de 1911 (121), um censo local registrava para a cidade 34.768 pessoas entre as quais os estrangeiros correspondiam a 13,30% distribuídos por 15 nacionalidades principais conforme a tabela 8.

(120) Op. Cit. nota 76, p. 202

(121) Op. Cit. nota 77, anexo s/nº

TABELA 8

Estrangeiros na cidade do Rio Grande - 1911

Nacionalidade	Nº
Portugueses	1.807
Italianos	736
Orientais*	402
Espanhóis	310
Poloneses	309
Alemães	282
Franceses	174
Argentinos	80
Turcos**	51
Inglezes	49
Austriacos	37
Russos***	36
Paraguaios	31
Holandeses	29
Suiços	23
Diversos	153
TOTAL	4.512

A miscigenação dos alienígenas pode ser constatada pelo exame da tabela 9.

TABELA 9

Casamento de Estrangeiros

Casamentos	1905/06	1906/07	1908	1922
Estrangeiros entre si	27	23	22	15
Brasileiros e estrangeiras	8	10	7	7
Estrangeiros e brasileiras	35	34	29	60
Diversos				8

Fonte: Diversos relatórios municipais.

A superioridade do número de casamentos dos estrangeiros com gente da terra é nítida. O migrante era predominantemente solteiro. A preponderância de casamentos com mulheres brasileiras parece ser o melhor indicador da fixação de grandes porcentagens de alienígenas na terra do Rio Grande.

Complexa é a avaliação do trabalho dos imigrantes radicados na cidade. Seu exame pressupõe observá-lo nas diferentes escalas em que se apresenta e apreciar os efeitos sobre a coletividade. Os empreendimentos de maior vulto ligaram-se particularmente à situação geográfica da sede municipal.

* Uruguaios

** Sob esta denominação englobam-se os sírios-libaneses.

*** Provavelmente são os israelitas.

Rio Grande, único porto da arenosa e retilínea costa gaúcha, durante muito tempo, foi a maneira exclusiva de comunicação comercial brasileira da então rica hinterlândia criatória com o resto do país e com o exterior. A condição portuária foi o atrativo para o estabelecimento de grandes casas comerciais de estrangeiros e para transformar, também, os mais audaciosos dos varejistas bem sucedidos em negociantes por atacado. No decorrer do tempo, uma indústria de moldes modernos para a época surgiu e incorporou-se à paisagem urbana. O desenvolvimento desse setor foi, principalmente, iniciativa alienígena.

A indústria textil conjugou a situação geográfica com tarifas aduaneiras vantajosas. A industrialização do pescado, porém, encontrou suas raízes em fatores naturais que se combinaram e propiciaram a área mais piscosa do Brasil. As fábricas de peixe que se mantiveram, em grande parte até hoje, caracterizam-se por terem conservado o seu capital em poder dos descendentes de seus fundadores.

Quanto aos estabelecimentos varejistas bem sucedidos, estes raramente tiveram vida longa. Pouquíssimos apresentaram atividade ininterrupta durante meio século e menos ainda foram os que permaneceram tanto tempo nas mãos das famílias dos fundadores. Este fato denota uma apreciável mobilidade nas famílias dos pequenos comerciantes, estrangeiros ou de origem, em uma época em que as oportunidades de variação de atividade eram muito menores do que atualmente. Além disso, o comportamento fugia, então, ao padrão imperante nas áreas de procedência.

O atacado e a indústria foram o destino do capital acumulado pelos pequenos comerciantes mais empreendedores. A aplicação em casas de aluguél refletindo-se, evidentemente, na área urbana foi outra preferência de comerciantes retirados. O investimento em títulos da dívida pública foi prática comum, também, entre os últimos.

A paisagem urbana teve fortíssima influência portuguesa. Aos alemães coube, em escala bem mais reduzida, um segundo lugar em sua modelagem.

Dentro do microcosmo rio-grandino foi bastante boa a integração dos variados alienígenas entre si e com os nacionais. Além das relações comerciais apareceram reunidos em inúmeras iniciativas como em diretoria das fábricas onde trabalhavam alemães, ingleses, italianos e portugueses. O mesmo se verificou na criação de sociedades recreativas e beneficentes, isto sem falar no mais antigo órgão das classes conservadoras do Estado, a Câmara de Comércio.

O Rio Grande assistiu manifestações de estrangeiros às respectivas terras de origem mas, as mesmas não interferiram, ao quanto se pôde indagar, nos interesses brasileiros. Nos dois grandes conflitos mundiais onde a ação brasileira se fez sentir, diretamente, criaram-se situações delicadas, principalmente, no último. Lamentáveis acidentes que envolveram alemães e italianos radicados no Rio Grande resultaram não de atos desabonatórios de seus comportamentos, mas de demagogia direcionando a indignação popular diante dos afundamentos de navios brasileiros. O funcionamento de uma sociedade israelita, em plena Segunda Guerra, na sede de uma sociedade congregadora de súditos do Eixo deve ser fato sem similar em outra terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formulação posta, inicialmente, com referência ao Rio Grande rural confirmou-se. A documentação que praticamente é a única fonte de estudo da iniciativa municipal de colonização mostra, de modo geral, desconhecimento das possibilidades locais. A pretensão de obter cereais temperados e algodão é bastante ilustrativa. A repetida citação do Rio Grande tritícola do passado não foi o sucesso que os interessados procuraram demonstrar. Tivesse o poder público o apropriado assessoramento e se a sua vinculação com a vida rural não fosse apenas com a pecuária, sua ação teria sido diferente.

As colônias urbanas foram atraídas pela função redistribuidora. Assim, a obra que surgiu graças ao porto foi exitosa enquanto as ligações do Rio Grande asseguraram-lhe uma boa situação diante do conjunto regional e extra-regional. Quando aqueles laços perderam a importância, o alto comércio e parte da indústria retraíram-se consideravelmente.

A indústria de transformação do pescado, contudo, aurindo a matéria-prima no local, conseguiu resistir e conservar a primeira posição entre as congêneres do país.

Dezembro de 1975

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AMBAUER, H. Schutel - Projeto de Colonização do Município do Rio Grande. Rio Grande. Tipografia do Artista, 1883.
2. A PESCA NO BRASIL E SEU MAIOR INTERESSE NO RIO GRANDE DO SUL, 1962
3. AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS - Contribuição para o Estudo da Demografia do Brasil. Rio de Janeiro, IBGE - CNE, 1961
4. BARCELOS, Boaventura - Informe Geral sobre a Pesca no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, BRDE - CODESUL, 1966
5. CARNEIRO, J. Fernando - Imigração e Colonização no Brasil. Rio de Janeiro Publicação Avulsa nº 2, Faculdade Nacional de Filosofia, Universidade do Brasil, 1950
6. COPSTEIN, Raphael - Naturalização no Município de Rio Grande, 1834-1889. Porto Alegre, Correio do Povo - Caderno de Sábado de 2/12/72
7. DREYS, Nicolau - Notícia Descritiva da Província de Rio Grande de São Pedro do Sul. Rio Grande, Ed. da Biblioteca Rio Grandense, 1927
8. FAISSOL, Esperidião - O que é Colonização? Revista Brasileira de Geografia, julho-setembro 1952, IBGE. Rio de Janeiro
9. GARDOLINSKI, Edmundo - Imigração e Colonização Polonesa no Rio Grande do Sul. Separata da Enciclopédia Rio-Grandense, 59 Volume
10. GARNIER, J. Beaujeu - La Géographie: Méthodes et Perspectives. Paris, Ed. Masson e Cia., 1971
11. HIGOUNET, Charles - La Géohistoire. Histoire et ses Méthodes. Bélgica, Encyclopédie de la Pléiade, Libr. Gallimard, 1961
12. IMPRESSÕES DO BRASIL NO SÉCULO XX. Lloyd's Greater Britain Publishing Company Ltd., 1913
13. LUCCOCK, John - Notas sobre o Rio de Janeiro e Partes Meridionais do Brasil. São Paulo, Livraria Martins, 1942
14. MACEDO, F. Riopardense - Ingleses no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Editora A Nação, 1975
15. MULHALL, Michel G. - O Rio Grande do Sul e suas Colônias Alemãs. Porto Alegre, DAC-SEC, Ed. Bels, 1974
16. O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Barcelona, Monte Domecq e Cia., 1916
17. PICCOLO, Helga I. L. - A Colonização Alemã em Nova Petrópolis. Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Ano I nº 1, UFRGS. Porto Alegre, 1973
18. RANDLE, P. H. - Geografia Histórica y Planeamiento. Buenos Aires, Editorial Universitária, 1966.
19. REGISTRO DE ESTRANGEIROS - 1808-1822. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1960
20. REGISTRO DE ESTRANGEIROS NAS CAPITANIAS - 1777-1819. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1963

21. ROCHE, Jean - A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Ed. Globo, 1969
22. XAVIER, Paulo - A Ilha dos Marinheiros. Porto Alegre, Suplemento Rural do Correio do Povo, 24/5/74

DOCUMENTOS, RELATÓRIOS E PERIÓDICOS

1. ACTAS DA CAMARA MUNICIPAL DA CIDADE DO RIO GRANDE - 1887. Rio Grande, Tipografia do Echo do Sul, 1887
2. ACTAS DA CAMARA MUNICIPAL DA CIDADE DO RIO GRANDE - 1889. Rio Grande, Tipografia do Echo do Sul, 1890
3. ACTAS DA INTENDÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DO RIO GRANDE. Rio Grande, Tipografia da Gazeta Mercantil, 1891
4. ACTAS DA JUNTA MUNICIPAL DA CIDADE DO RIO GRANDE. Rio Grande, Ed. Echo do Sul, 1890
5. ANNAES DO CONSELHO MUNICIPAL DO RIO GRANDE, desde a sua instalação em 22 de junho de 1892 até 31 de dezembro de 1894. Rio Grande, Typographia Trocadero - Reis, Forte e Cia., 1895
6. ANNUARIO DA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO SUL PARA OS ANOS DE 1885, 1888 e 1889, organizado por Graciano A. Azambuja. Porto Alegre, Ed. Gundlach e Cia. 1884-1887-1888
7. CÂMARA DE COMMERCIO DO RIO GRANDE - Resumo dos trabalhos no biênio social de 1919-1921. Rio Grande, Typ. do Echo do Sul, 1921
8. CAPACIDADE DE USO DOS SOLOS - RIO GRANDE DO SUL, 1972. Escala 1:750.000. INCRA, IICA, Governo do Estado do Rio Grande do Sul
9. GUIAS DE DESPACHO DE MERCADORIAS IMPORTADAS. 2ª via, 1870
10. JORNAL DIÁRIO ARTISTA. Rio Grande, 17/10/1884, 27/10/1884, 4/7/1888 e 19/7/1888
11. JORNAL DIÁRIO ECHO DO SUL. Rio Grande, 29/7/1888
12. LIVRO DE REGISTROS DE OFÍCIOS DIRIGIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL À PRESIDÊNCIA DA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO SUL. Iniciado em abril de 1886
13. LIVRO DE REGISTROS DE PORTARIAS, ORDENS, EDITAES, CIRCULARES, AVISOS, DECLARAÇÕES, ATESTADOS PASSADOS PELA CÂMARA OU PELO SEU PRESIDENTE. 1887/1891
14. RELATÓRIO APRESENTADO À ASSEMBLÉIA PROVINCIAL DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL, NA 1ª SESSÃO DA 9ª LEGISLATURA, PELO CONSELHEIRO JOAQUIM ANTÃO FERNANDES LEÃO. Porto Alegre, Typographia do Correio do Sul, 1860
15. RELATÓRIO APRESENTADO, PELO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE, DR. ESPIRIDÃO ELOY DE BARROS PIMENTEL, NA 1ª SESSÃO DA 11ª ASSEMBLÉIA PROVINCIAL. Porto Alegre, Tipographia do Correio do Sul, 1864
16. RELATÓRIO DA ASSOCIAÇÃO COMMERCIAL DA CIDADE DO RIO GRANDE, Julho de 1883 a julho de 1884. Typographia do Echo do Sul, Rio Grande, 1884